



UC/FPCE_2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Confiança interpessoal em crianças e socialização:
estudo da sua relação e contributo para a adequação da
escala CCCTB para a população portuguesa**

Tatiana Cardoso (e-mail: tatianapcardoso@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento
e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Maria da
Luz Vale Dias e da Professora Doutora Maria São João Brêda.

Confiança interpessoal em crianças e socialização: estudo da sua relação e contributo para a adequação da escala CCCTB para a população portuguesa

Resumo: Partindo de uma revisão de literatura acerca da confiança interpessoal, destacando em particular os contributos conceptuais e empíricos de Rotenberg para a compreensão e estudo da confiança interpessoal em crianças, o presente estudo pretende dar seguimento ao processo de validação, iniciado em estudos prévios, da versão portuguesa de uma medida de confiança interpessoal em crianças, da autoria de Rotenberg, nomeadamente a *Cross-Cultural Trust Beliefs Scale* – CCCTB (Rotenberg *et al.*, 2005; 2008). Para tal, utilizou-se uma amostra de 277 sujeitos com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos que completaram o instrumento de medida referido. Os resultados sugerem que o modelo tri-factorial se adequa aos dados, i.e., é um modelo representativo da amostra. Partindo de estudos anteriores, pretendeu-se também averiguar a existência de diferenças entre idades, géneros, alvos e bases na confiança interpessoal, as quais foram confirmadas.

Ademais, o presente estudo pretendeu explorar a relação entre as crenças de confiança interpessoal e variáveis da socialização associadas a partir de uma amostra de 136 sujeitos com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos, embora os resultados não permitam confirmar uma relação positiva forte entre estas.

Palavras-chave: confiança interpessoal, variáveis de socialização, crianças.

Children's interpersonal trust and socialization: study of their relation and contribution to the improvement of the Portuguese CCCTB scale.

Abstract: Starting from a review concerning the subject of interpersonal trust, particularly highlighting the conceptual and empirical contributes brought about by Rotenberg, regarding the study and comprehension of interpersonal trust among children, the present study aims to follow up the validation process, started in previous investigations, for the Portuguese version of Rotenberg's scale of children's interpersonal trust, *Cross-Cultural Trust Beliefs Scale* – CCCTB (Rotenberg *et al.*, 2005; 2008). To accomplish the study, we used a sample of 277 subjects aged between 9 and 11 years old, who completed the referred scale. The results suggest that the tri-factorial model fits the data, i.e., it is a representative model of its sample. Taking into account previous studies, we also intended to ascertain differences between ages, genders, targets, and basis of interpersonal trust, which were actually confirmed.

Furthermore, the present study sought to explore the relation between interpersonal trust beliefs and associated socialization variables, using a sample of 136 subjects aged between 9 and 11, although the results didn't allow the assumption of a strong positive relation between them.

Key-words: interpersonal trust, socialization, children.

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria da Luz Vale Dias e Professora Doutora Maria São João Brêda, pela atenção depositada e apoio facultado durante esta longa fase de estudo.

Aos alunos, professores e directores das escolas que aceitaram participar na investigação e a todos os intervenientes neste processo.

A todos os meus amigos, pela enorme importância que têm.

Aos meus pais e irmão por tudo.

Um bem-haja a todos!

Índice

Introdução	1
I. Em torno do conceito de confiança interpessoal.....	3
1.1 A confiança interpessoal em crianças	5
1.2 Teoria e Modelo de Rotenberg.....	7
1.3 Em torno do conceito de socialização	10
1.4 Socialização e confiança interpessoal	10
II. Objectivos	11
III. Metodologia.....	14
3.1 Estudo 1.....	14
3.1.1 Caracterização da Amostra E1	14
3.1.2 Instrumento de medida.....	15
3.1.3 Procedimentos	16
3.2 Estudo 2.....	16
3.2.1 Caracterização da Amostra E2	16
3.2.2 Instrumentos de medida	18
3.2.3 Procedimentos	19
IV. Resultados	20
4.1 Estudo 1.....	20
4.1.1 Análise da consistência interna da escala CCCTB.....	20
4.1.2 Análise Factorial Confirmatória.....	20
4.1.3 Descrição das médias da amostra E1	22
4.2 Estudo 2.....	22
4.2.1 Descrição das médias da amostra na escala CCCTB	22
4.2.2 Estudo das diferenças entre géneros na CCCTB.....	23
4.2.3 Estudo das diferenças de confiança nos alvos.....	23
4.2.4 Estudo das diferenças entre as bases	24
4.2.5 Estudo das diferenças entre idades na CCCTB	24
4.2.6 Descrição das médias da amostra relativas à BAS-3	25
4.2.7 Estudo das diferenças entre géneros na BAS-3.....	25
4.2.8 Estudo das diferenças entre as idades na BAS-3.....	26
4.2.9 Estudo das correlações entre a escala CCCTB e a BAS-3	26
V. Discussão.....	26
VI. Conclusão.....	30
Bibliografia.....	32
Anexos.....	36

Introdução

A ideia de que a confiança é fundamental para a aprendizagem e funcionamento humano é transversal às diversas posições teóricas em Psicologia (Rotter, 1967; Rotenberg, 2010).

De facto, grande parte da aprendizagem formal ou informal adquirida pelos seres humanos é baseada nas declarações verbais e escritas dos outros, e o que cada um aprende deverá ser significativamente afectado pelo grau em que eles acreditam nos seus informadores, sem verificação independente.

Esta característica de interdependência entre o ser humano e o seu meio social, reveste a confiança interpessoal de uma importância nuclear para o funcionamento do indivíduo em sociedade, não só para os indivíduos adultos, como para as crianças.

Apesar dos estudos da confiança interpessoal nas crianças serem mais escassos, do que nos adultos, a confiança tem sido apontada como uma variável importante para o desenvolvimento de uma personalidade saudável e para o estabelecimento de relações familiares adequadas, formação e manutenção de amizades (Rotenberg, 2001), enquanto que a falha em confiar nos outros, particularmente nos representantes da sociedade, como são os pais, professores, e fortes líderes da comunidade, tem sido citado frequentemente como um importante determinante da delinquência (Rotter, 1967). De facto, em estudos mais recentes, a confiança tem sido negativamente associada com actos como mentir ou roubar e condições como a solidão e depressão (*cf.* Rotenberg, 1994; Bernath & Feshbach, 1995).

Neste excerto, denota-se que o desenvolvimento de crenças generalizadas de confiança nos outros, construto transversal a vários modelos, é interdependente do processo de socialização, uma vez que são os principais agentes de socialização na infância (e.g. pais, amigos e professores) que contribuem para a modelação daquelas.

De facto, considera-se que a confiança é reforçada ou diminuída devido a experiências, interações e contextos de relação interpessoal (Burke, Sims, Lazarra & Salas, 2007), e por outro lado, esta parece influenciar o modo como os indivíduos interagem e se socializam.

Assim, parece de grande valor para a psicologia social, clínica e do desenvolvimento, medir as diferenças individuais de confiança interpessoal.

Posto isto, e visto não existir ainda um instrumento que avalie a confiança interpessoal aferido para a população portuguesa, esta investigação pretende dar seguimento a estudos prévios no sentido de contribuir para a adequação de uma versão portuguesa da *Cross-cultural Children's Trust Beliefs- CCCTB* (Rotenberg, Sakai, Betts & Maeshiro, 2008; versão portuguesa experimental, Breda, Vale Dias & Ferreira *in* Ferreira, 2009).

Após uma revisão da literatura referente ao tema da confiança interpessoal verifica-se que uma definição universalmente aceite, pela comunidade científica em Psicologia, permanece inalcançável, dada a sua

complexidade e o seu carácter multifacetado (Kuryan, Kitner & Watkins, 2010).

Assim, ao longo deste estudo e partindo de uma alusão histórica, revisão da ampla gama de significados, serão revistas as concepções sobre a confiança interpessoal, as crenças que a ela correspondem (crenças de confiança interpessoal), centrando-nos com mais pormenor na confiança interpessoal nas crianças.

Não obstante o crescente interesse no estudo da confiança interpessoal, uma limitação que poderá ser apontada prende-se com a escassez de investigações que associem este construto a algumas dimensões da socialização, pelo que o presente estudo se apresenta como inovador relativamente às áreas específicas que se pretendem estudar, podendo ser um contributo importante para investigações posteriores. Deste modo, será elaborada uma breve revisão do conceito de socialização e serão explicadas algumas variáveis que a compõem, aludindo-se a alguns estudos que relacionam a confiança e algumas variáveis de carácter social.

I. Em torno do conceito de confiança interpessoal

A confiança interpessoal é conceptualizada como um dos construtos mais nucleares para o funcionamento social dos indivíduos (Rotenberg, 2010; Evans & Kruger, 2011), contribuindo para a eficácia, ajustamento e até sobrevivência de qualquer grupo social (Rotter, 1971).

Dada a sua importância fulcral, desde há muito que diversos investigadores e teóricos têm investido os seus esforços no sentido de a compreender. Contudo, uma definição universalmente aceite permanece inalcançável dada a sua complexidade e múltiplas imbricações (Kuryan, Kitner & Watkins, 2010).

Embora os temas de confiança e traição tenham sido objecto de reflexão de filósofos e políticos, a investigação sistemática da confiança por parte dos cientistas sociais é relativamente recente. Em meados dos anos 50, o estudo empírico acerca da confiança cresceu, a partir de um contexto de Guerra Fria e de corrida ao armamento nuclear, no qual se verificou um aumento de tensões decorrentes da escalada de desconfiança (Deutsch, 1958). Neste contexto, a confiança começou por ser definida em termos comportamentais, para mais tarde, no final dos anos 60, passar a ser encarada à luz dos processos cognitivos e em termos comunicacionais. Durante a década de 60, emergia uma geração de jovens desiludidos e desconfiados das instituições e autoridades sociais e Rotter, apercebendo-se disso, desenvolveu instrumentos para avaliar as crenças dos sujeitos acerca da confiabilidade relativamente a múltiplos agentes sociais (e.g. políticos, médicos, pais). Tendo este autor sido um grande dinamizador da compreensão deste fenómeno, acabou, então, por definir a confiança como um julgamento ou uma expectativa generalizada com alguma variabilidade individual e contextual (Rotter, 1967). Mais tarde, por volta de 1980, observava-se um aumento das taxas de divórcio e, conseqüentemente, inerentes e profundas modificações da estrutura das famílias norte-americanas, pelo que os investigadores na área da confiança se voltaram para as relações interpessoais (Johnson-George & Swap, 1982; Rempel, Holmes & Zanna, 1985). Passada uma década, no início dos anos 90, com as transformações ao nível tecnológico e social, a confiança volta a emergir como objecto de estudo em várias áreas, entre elas, a sociologia, a filosofia, a economia, a ciência organizacional e educacional (Tschannen-Moran & Hoy, 1998).

O interesse evidenciado por áreas tão diversas quanto as supracitadas, conduziu às múltiplas definições deste constructo, em função da disciplina que o contempla (McKnight & Chervany, 1996; Tschannen-Moran & Hoy, 2000), tendo sido postas em evidência, ao longo dos anos, as diversas facetas presentes numa relação de confiança.

De acordo com a perspectiva filosófica, a confiança refere-se ao comportamento eticamente e moralmente justificável (Baier, 1986; Hosmer, 1995), salientando-se a competência e a preocupação dos outros pelo bem-estar do próprio, bem como a consideração por parte de outrem pelas coisas que são importantes para o sujeito (Tschannen-Moran & Hoy, 1988; Baier, 1986). Segundo uma perspectiva económica a confiança é encarada de um

ponto de vista probabilístico, surgindo de um cálculo racional entre os custos e benefícios de confiar (Dirks, 1999). Na área da Psicologia, este construto é alvo de estudo nas diferentes áreas que não obstante partilharem algumas assunções, apresentam ênfases distintas. Assim, na perspectiva organizacional, é encarada como um julgamento colectivo de um grupo em relação a outro, do qual se espera que ninguém aja de forma oportunista, que seja honesto nas negociações e realize um esforço baseado na boa fé para se comportar de acordo com os compromissos estabelecidos (Knoll & Gill, 2009). No que concerne ao contexto educativo, que se pauta pela complexidade e multiplicidade de agentes sociais, foi destacado o papel da confiança para a formação de redes de relacionamento interpessoais entre os alunos, docentes, funcionários e outros e para a efectivação das acções de cooperação, ao promoverem a credibilidade, segurança e confiabilidade dos seus membros no sistema (Tschannen-Moran & Hoy, 1988).

Em termos individuais, a confiança é conceptualizada como uma dimensão em que as pessoas, no acto de confiar, estão dispostas a tornarem-se vulneráveis em relações aos outros (Frost, Simpson & Maughan, 1978). Da mesma forma, outros autores definem-na como “um estado psicológico que compreende a intenção de aceitar a vulnerabilidade baseada nas expectativas positivas em relação às intenções do comportamento do outro.” (Rousseau, Sitkin, Burt & Camerer, 1998, p. 395). Mishra (1996), atendendo igualmente à vontade de uma parte em ser vulnerável à outra parte, propõe uma definição que, para além desse pressuposto, contempla a percepção acerca das características do objecto directo do verbo confiar, baseada na crença que a outra parte é competente, aberta, preocupada e confiável.

As várias teorias acerca da confiança, também incluem o risco como um moderador da relação de confiança (McKnight & Chervany, 1996), sendo que, de acordo com Johnson-George e Swap (1982), o risco aparece numa situação em que temos pouca informação ou poucas garantias acerca da conduta de outrem com impacto no próprio. Nestas situações, apesar da realização de uma avaliação das intenções, capacidades e motivos do outro, não podemos saber se as nossas expectativas em relação aos outros serão confirmadas, continuando a haver uma certa incerteza acerca de um resultado satisfatório da interacção (Johnson-George & Swap, 1982; Cook, Yamagishi, Cheshire, Cooper, Marsuda & Mashima, 2005). É o factor incerteza e a vontade de arriscar, com alguma segurança, que faz com que a confiança seja necessária (numa relação de interdependência), pois se tudo fosse claro não haveria necessidade para se confiar.

Não obstante os contributos supracitados para um esclarecimento deste construto importa salientar a definição de Rotter, a qual serviu de base para outras investigações e que propõe este construto como “uma expectativa mantida por um indivíduo ou grupo de que a palavra, promessa e declarações verbais ou escritas por outro indivíduo são passíveis de serem confiadas” (Rotter, 1971, p. 444). Assim, na sua teoria da aprendizagem social a confiança é encarada como uma expectativa generalizada em relação à confiabilidade dos outros, promovendo a ideia desta como um fenómeno cognitivo aprendido. É postulado que, a partir de exposições repetidas à

confiabilidade das palavras ou promessas do outro, os indivíduos aprendam a esperar que o seu parceiro social mantenha a sua palavra ou promessa no futuro. Por sua vez, esta expectativa é alargada a outros parceiros ou agentes sociais na forma de confiança interpessoal generalizada (Rotter, 1980; Bernath & Feshbach, 1995).

O facto de se depositar confiança nos outros, pode ser uma tendência ou disposição com resultados satisfatórios para o sujeito, tendo sido demonstrado que os sujeitos com níveis de confiança interpessoal mais elevados, não são necessariamente ingénuos - se se pensar que a confiança não é depositada quando não há provas que indiquem que se deve confiar (Rotter, 1980). Além disso, os indivíduos com níveis de confiança interpessoal mais elevados eram vistos pelos outros como mais independentes, confiáveis (Rotter, 1971), honestos e mais abertos à procura de ajuda psicológica (Johnson-George & Swap, 1982).

Rotenberg, um autor proeminente na área da confiança interpessoal, e seus colaboradores, consideraram, a partir de uma revisão teórica de vários estudos, que a confiança emerge de resultados da interação pessoal e constitui uma decisão situacionalmente determinada que é influenciada por pistas sociais imediatas e pelo desenvolvimento cognitivo da criança, tendo usado estes factores como parte de um modelo para investigar a confiança interpessoal em crianças (Rotenberg & Pillipenko, 1984).

1.1 A confiança interpessoal em crianças

O princípio que postula que as crenças de confiança interpessoal nas crianças afectam o seu funcionamento psicossocial, tem sido amplamente defendido por vários autores na área da Psicologia do Desenvolvimento (Rotenberg, Boulton, & Fox, 2004).

A teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson, postula que o sentimento de confiança é formado durante um estágio particular da infância (Morgado, 1993), caracterizado por uma crise entre confiança e desconfiança básica. Durante este primeiro estágio de desenvolvimento, se as necessidades biológicas e sociais da criança forem satisfeitas regularmente e de forma consistente, a criança irá tolerar breves separações dos cuidadores, sentir-se-à segura, confiante e irá interagir com o mundo de forma independente do cuidador (Imber, 1973; McGuire, Segal, Gill, Whitlow & Clausen, 2010). Assim sendo, a boa resolução desta crise implica o desenvolvimento de um sentimento de confiança nas pessoas e objectos e na estabilidade, consistência e coerência do seu mundo (Papália, Olds & Feldman, 2004), sentimento esse, que está na base da construção da identidade do eu (Morgado, 1993), e irá afectar o funcionamento social ao longo do curso de vida (Rotenberg *et al.*, 2005).

Destacando também a importância central das relações de confiança dos primeiros anos de vida para um funcionamento social adaptativo do indivíduo (Carlo, Randall, Rotenberg & Armenta, 2011) encontra-se a teoria de vinculação de Bowlby. Segundo esta, a confiança no cuidador é a chave para o estabelecimento de uma relação segura e consistente, crucial para um desenvolvimento saudável. Uma vez construída a relação, esta servirá de

prótipo para as relações sociais subsequentes (Rotenberg, 2010; Bowlby, 1988), ou seja, a criança que estabeleça uma vinculação segura com o seu cuidador, irá aprender a confiar nos outros, tal como os pais, irmãos, pares, professores (Shirley, Segal, Gill, Whitlow & Clausen, 2010), o que contribuirá para a sua capacidade de ter relações sociais bem sucedidas.

No sentido de perceber a dinâmica da confiança, tendo em conta o seu desenvolvimento, refira-se a a teoria do risco interpessoal que postula que a boa vontade de uma pessoa para dar influência aos outros é parcialmente baseada numa avaliação subjectiva do risco que, por sua vez, é função de um condicionamento prévio e socialização. Segundo esta teoria, um sujeito com baixos/poucos comportamentos de risco interpessoal aprendeu anteriormente que assumir riscos, uma componente importante da confiança, é reforçado negativamente (Ellison & Firestone, 1974).

Esta teoria fornece algumas informações acerca dos antecedentes da confiança que, segundo os autores, estão relacionados tanto com a modelação, como com a reflexão do *feedback* parental, essencial para a auto-avaliação da criança. Para além disso, hipotetizaram que importa ainda para o desenvolvimento da confiança, o locus de controlo (interno ou externo), as crenças e a personalidade do sujeito - que medeia o efeito das pistas informacionais e da formação de uma impressão acerca da outra pessoa, - e atributos da pessoa em que é depositada a confiança como a capacidade, benevolência e integridade (Knoll & Gill, 2009; Rotter, 1980). Outros autores destacam o papel dos factores intrapessoais, familiares e dos pares, como antecedentes e condicionantes do estabelecimento da confiança, argumentando que a preferência intrapessoal da criança em confiar é em parte determinada pelas experiências interpessoais com os pais e os pares que demonstram confiança (Bernath & Feshbach, 1995).

Diversos estudos procuraram relacionar a confiança interpessoal de crianças com outros construtos e variáveis desenvolvimentais e sociais, incluindo: o desenvolvimento de uma auto-estima saudável, da inteligência criativa e de relações interpessoais adequadas (Rotenberg, Boulton & Fox, 2004), a saúde física, bem-estar psicológico (Rotenberg, 2001; Rotenberg *et al.*, 2005), performance académica (Rotenberg *et al.*, 2005; Rotenberg, Boulton & Fox, 2005), capacidade de auto-controlo e rendimento atlético (Rotenberg, Michalik, Eisenberg, Betts, 2008; Imber, 1973; Rotenberg, 2001). Alguns destes estudos e outros realizados apontam igualmente para a existência de diferenças entre géneros no que toca às crenças de confiança nas crianças (Rotenberg, 1984).

No sentido de melhor perceber a operacionalização da confiança interpessoal consideramos pertinente aludir à conceptualização de Rotenberg (1995, 2001; 2005).

1.2 Teoria e Modelo de Rotenberg

A presente investigação tem como premissa teórica o modelo de confiança interpessoal elaborado por Rotenberg e seus colaboradores (Rotenberg, 1994; Rotenberg, 2001; Rotenberg, Boulton & Fox, 2005; Rotenberg, MacDonald & King, 2004; Betts, Rotenberg & Trueman, 2008).

De acordo com o modelo, existem 3 bases da confiança: (a) a *fidelidade* que se refere ao cumprimento da palavra ou promessa, à ideia que os outros são previsíveis e se comprometem com comportamentos consistentes ao longo do tempo (Betts, Rotenberg & Trueman, 2008); (b) a *confiança emocional* que assenta no pressuposto de que outros se abstêm de causar danos emocionais, estão disponíveis para revelações, mantêm a confidencialidade das mesmas, abstêm-se de críticas e evitam actos que fomentem constrangimentos (Rotenberg, Boulton & Fox, 2005) e (c) a *honestidade* que se refere a dizer a verdade, a dedicar-se a comportamentos que sejam guiados por intenções benignas e estratégias genuínas em detrimento de intenções maliciosas e estratégias manipulativas e enganadoras (Rotenberg, 2001; Rotenberg *et al.*, 2008). Posteriormente, estas 3 bases diferenciam-se relativamente a 3 domínios, designadamente o domínio cognitivo/afectivo, a confiança dependente do comportamento (*behaviour-dependent*) e a iniciativa de comportamento (*behaviour-enacting*) e a 2 dimensões alvo, designadamente a especificidade e familiaridade (Rotenberg, Michalik, Eisenberg & Betts, 2008).

No que concerne aos domínios da confiança, pode dizer-se que: (a) o *cognitivo / afectivo* se prende com as crenças individuais de que os outros demonstram as 3 bases da confiança, e com as experiências emocionais que acompanham essas crenças ou atribuições (Rotenberg *et al.*, 2005; Rotenberg 2010); (b) a *confiança dependente do comportamento* diz respeito à assunção de comportamentos baseados nos comportamentos dos outros, sendo estes a referência para os comportamentos assumidos (Rotenberg, 2010); e que (c) a *iniciativa de comportamento* (confiabilidade - *trustworthiness*) compreende o envolvimento comportamental do indivíduo na promulgação das três bases da confiança (Rotenberg, 2010; McGuire, Segal, Whitlow & Clausen, 2010).

As dimensões do alvo da confiança incluem: (a) *especificidade*, que varia do geral para o particular (i.e. uma pessoa específica) e a (b) *familiaridade* que compreende níveis desde o não familiar até ao muito familiar (Rotenberg, 2001). Estas dimensões do alvo de confiança compreendem as qualidades ou atributos específicos do alvo e também se relacionam com o conhecimento ou o acesso a conhecimento sobre ele e seus atributos - confiabilidade (Rotenberg, 2005; 2010).

Convém ainda destacar a ideia presente na teoria de Rotenberg que se refere às qualidades recíprocas ou mútuas da confiança, isto é, aos efeitos bidireccionais da confiança entre indivíduos (Rotenberg, 1994; 2010). Segundo este princípio, a confiança de um indivíduo num outro indivíduo (numa relação diádica), tende a ser combinada com a confiança do segundo indivíduo (Rotenberg & Pilipenko, 1984). A confiança recíproca ou mútua é potencialmente alcançada tanto pela reciprocidade comportamental – em que um indivíduo tenta agir de acordo com os comportamentos do outro – e pela reciprocidade verbal – em que cada parte iguala as expressões verbais um do outro (Rotenberg, 1994).

De acordo com algumas das teorias supracitadas, também Rotenberg no seu modelo, assume a importância de outras facetas presentes na

confiança interpessoal como a percepção de risco e as expectativas positivas de uma dada situação (sem estas a confiança seria irrelevante), referindo que a orientação cognitiva-afectiva-comportamental (os 3 domínios) é desenhada por forma a reduzir o risco ou incerteza e por forma a prever resultados positivos da interacção social.

A partir do presente modelo é possível perceber a importância da confiança para as crianças e adolescentes dentro do seu mundo social, uma vez que, se estas não acreditarem que as pessoas irão manter as suas promessas, a confiandencialidade de informação pessoal, que são receptivas à abertura, honestas, e em vez disso, acreditarem que essas pessoas são enganadoras e manipuladoras, poderão afastar-se do contacto social e falhar na obtenção de, por exemplo: capacidades sociais, suporte social, relações entre grupos, relações próximas, sucesso académico e tratamento médico em caso de doença (Rotenberg, 2010).

1.3 Em torno do conceito de socialização

A socialização é objeto de estudo de várias disciplinas científicas (Teixeira, 2006). A tradição sociológica incide sobre as instituições ou grupos específicos em que a socialização ocorre, bem como as aptidões sociais comuns adquiridas pelos indivíduos nesses diversos contextos; a perspectiva antropológica considera o papel da cultura, no seu sentido mais geral, na determinação das fronteiras das experiências de socialização e, finalmente, a tradição psicológica centra-se sobre os processos de aprendizagem e as interacções pessoais que os medeiam (Pereira & Jesuíno, 1985).

Enquanto conceito lato e multidimensional é conceptualizado de diferentes formas. Dubar (1997), entende a socialização como um aspecto fundamental da formação dos indivíduos que constitui uma “incorporação dos modos de ser, pensar, sentir e agir de um grupo, da sua visão do mundo e da sua relação com o futuro, das suas posturas corporais, assim como das suas crenças íntimas” (p. 79). Acrescenta que “o indivíduo socializa-se, interiorizando valores, normas, disposições que o tornam um ser socialmente identificável” (p.79). Por sua vez, Giddens referiu-se à socialização como “o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres auto-conscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram.” (Giddens, 2000, p. 30). No entanto, estas abordagens não reduzem a socialização a uma dimensão única, admitindo a interacção e incerteza no seio da realidade social. Cabe então referir que a socialização não é só um processo unidireccional, mas também, um processo no qual o indivíduo, em desenvolvimento, afecta o contexto social em que se desenvolve, destacando-se o papel activo da criança desde o início da sua vida (Dubar, 1997; Pereira & Jesuíno, 1985; Giddens, 2000). Efectivamente, desde o momento em que nasce, a criança tem necessidades e faz exigências que afectam o comportamento dos seus cuidadores, e estes, por sua vez, experimentam uma nova aprendizagem (Giddens, 2000). Pereira e Jesuíno reforçam esta ideia, admitindo que “a criança é tanto condicionada pelos pais quanto é condicionante do comportamento dos pais” (1987, p. 20). Esta

concepção interaccionista da noção de socialização implica que se considere a criança como sujeito social, que participa da sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade (Mollo-Bouvier, 2005).

A perspectiva de Goslin vem salientar o aspecto de continuidade do processo de socialização, admitindo que “uma parte importante do processo de socialização é a aquisição de certas aptidões, atitudes, etc. que facilitam a socialização subsequente” (Goslin, 1969, *cit. in* Pereira & Jesuino, 1985, p. 29). Subjacente a esta concepção, encontra-se a ideia que o papel das experiências relacionais precoces são fundamentais para o desenvolvimento do comportamento social da criança, sendo que as relações interpessoais, com os diversos agentes sociais são cada vez mais complexas e assumem um papel preponderante para a aquisição de estruturas cada vez mais elaboradas para lidar com o meio.

A abordagem desenvolvimentista de Piaget aproxima-se das anteriores, no sentido em que o desenvolvimento cognitivo é concebido como uma construção contínua, embora não linear e como indissociável do meio envolvente. Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo tem uma dupla dimensão individual e social, na medida em que pressupõe que os conhecimentos são construídos pelo sujeito em interacção com o meio, não sendo apenas fruto da simples acumulação de informação retirada desse mesmo meio. É, portanto, um modelo construtivista e interaccionista, que valoriza a acção da criança na sua própria socialização.

Os processos de socialização são indissociáveis dos agentes de socialização. Estes agentes de socialização têm a função de socializar a criança com os padrões e valores que lhes são próprios, facultando a possibilidade de esta se desenvolver, construir e individualizar-se (Teixeira, 2006). Qualquer indivíduo que viva em sociedade é simultaneamente agente e sede de um processo de socialização, não só relativamente aos outros mas também a si mesmo (Pereira & Jesuino, 1985). Há também a necessidade de olhar para as díades e grupos nesta dupla perspectiva de agentes e sedes do mesmo processo. No caso das crianças os agentes de socialização mais importantes são primeiramente os pais e os irmãos e de seguida o grupo de pares e a escola, ou seja, pessoas com quem contacta directamente, com quem interage, observa, imita e possivelmente se identifica.

Efectivamente, para além da família e da escola, o grupo de pares desempenha um papel muito importante no desenvolvimento social da criança, promovendo a aquisição de diversas capacidades sociais (e.g. regulação das emoções e coordenação de actividades com outros) e servindo de base para a formação de relacionamentos posteriores. É de destacar o papel do jogo, extremamente importante para a tomada de perspectiva social, desenvolvimento do sentido de justiça, a cooperação, agindo igualmente como facilitador da comunicação interpessoal (Damon, 1983). Com a idade as crianças deixam de perceber a amizade com foco nas trocas materiais e actividades, começando a perceber a amizade como contínua e como uma relação estável, colocando a ênfase em noções de intimidade, lealdade, suporte, confiança e interesses comuns. Apesar das noções iniciais de

amizade não desaparecerem, no final da infância as crianças passam a ter uma apreciação da amizade como uma relação psicológica em que há intimidade (e.g. troca de interesses, segredos, problemas), em vez de simples brincadeiras, e em que passa a haver um compromisso que preserva a relação ao longo do tempo.

Tendo em conta todas as perspectivas expostas, assume-se a importância de estudar variáveis relativas à socialização da criança com a confiança interpessoal.

1.4 Socialização e confiança interpessoal

A partir de uma análise transversal de modelos teóricos e empíricos é possível verificar que a socialização e a confiança interpessoal são estudadas a partir de diversas variáveis que as integram. Sumariamente, anteriores estudos corroboram o papel da confiança no desenvolvimento moral, competências sociais, relações e estatuto social entre pares, formação e manutenção da amizade e comportamento pró-social (Rotenberg & Pilipenko, 1984). Na presente investigação consideramos fundamentalmente a Liderança, o Isolamento Social, o Auto-controlo nas relações sociais, a Consideração pelos outros e a Ansiedade social/ timidez. Refira-se que na literatura não foram encontrados estudos que relacionem directamente todas estas variáveis, conceptualizadas da forma como aqui se apresentam, no entanto, existem estudos que relacionam variáveis que, de certa forma se assemelham.

A *liderança* está associada ao poder de influência, grau de popularidade, iniciativa, auto-confiança e disponibilidade em relação aos outros. Conforme exposto, existe uma escassez de estudos que relacionem a confiança interpessoal e a liderança, no entanto, refira-se uma pesquisa, realizada com crianças que demonstrou que, durante o sexto e sétimo ano de escolaridade, as crianças mais populares, apresentavam maiores níveis de confiança comparativamente com a média das crianças, e as que eram rejeitadas confiavam pouco (Wentzel, 1991).

Outra variável frequentemente considerada é o *isolamento social* conceptualizado como passivo ou activo. O isolamento passivo decorre dum evitamento por parte dos outros que, por sua vez, limita a interacção das crianças e as oportunidades para criar relações entre pares. Por outro lado, o isolamento activo é visto mais como uma consequência, do que uma causa, das dificuldades de relacionamento, uma vez que resulta de atitudes que excluem a criança das actividades sociais (Ladd, 1999).

Selman e Selman (1979), consideram que se uma criança não conseguir alcançar a confiança dos seus pares, esta será isolada (os pares constituem uma parte substancial do ambiente social normal das crianças) e poderá falhar no desenvolvimento de competências sociais adquiridas no seio da relação entre pares (Selman & Selman 1979, *in* Rotenberg & Pilipenko, 1984). De facto, estudos apontam que a confiança interpessoal é uma variável que prediz o isolamento social e em comparação com as crianças que possuem níveis médios de confiança interpessoal, aquelas que possuem níveis mais elevados e mais baixos de confiança interpessoal são

menos aceites e mais excluídos pelo grupo de pares e possuem níveis mais baixos de aceitação social percebida (Rotenberg, Boulton & Fox, 2005).

O *auto-controlo nas relações sociais* é relativo, na sua dimensão mais positiva, à aceitação das regras e normas sociais que facilitam a convivência e o respeito mútuo e, num sentido negativo, aos comportamentos agressivos e impositivos de teimosia e indisciplina. Alguns estudos demonstram que durante a escola primária, as crianças baseiam as suas preferências em termos de amizade no valor da confiança (*trust value*; cf. Rotenberg & Morgan, 1995). O valor da confiança diz respeito à tendência das crianças para preferirem estabelecer relações de amizade com pares quando estes apresentam características como: cumprir em vez de quebrar de promessas; guardar em detrimento de revelar segredos, e dizer a verdade em vez de mentir (Rotenberg & Morgan, 1995).

Considera-se ainda que a capacidade das crianças planearem e exercerem controlo sobre o seu comportamento é preditora da confiabilidade e a capacidade para manter promessas e guardar segredos (Betts & Rotenberg, 2007). Efectivamente, as crianças devem aprender a manter promessas, a ser confiáveis e a participar na partilha de confidências por forma a fazerem parte do mundo social (McGuire, Segal, Gill, Whitlow & Clausen, 2011). Segundo alguns estudos, uma criança que exerce controlo e se compromete com comportamentos confiáveis desenvolve relações entre pares mais satisfatórias, i.e., apresenta maior aceitação de pares, maior número de amigos e um melhor ajustamento escolar em relação às crianças com menores níveis de auto-controlo (Betts & Rotenberg, 2007).

A *ansiedade social/ timidez* é outra variável que assume especial relevo, sendo que apesar de diferenças teóricas entre as disciplinas, a maioria dos modelos assume que as relações sociais positivas estão associadas com o bem-estar psicológico e que as relações sociais pobres contribuem para a psicopatologia. Na revisão teórica de conceitos da teoria interpessoal, Alder e Taylor (2004) argumentaram que as interacções de sujeitos socialmente ansiosos com os seus pais, pares, amigos e companheiros são menos satisfatórias e pautadas por problemas.

Importa ainda a variável *consideração pelos outros*, respeitante ao grau de sensibilidade e preocupação social, denotando-se a sua associação à empatia e altruísmo. Na revisão da literatura não foram encontrados estudos que relacionem claramente as duas dimensões, que se pretendem medir, no entanto, tendo em conta que Rotenberg afirma que a tomada de perspectiva dos pensamentos e sentimentos dos outros promovem comportamentos pró-sociais e podem promover as crenças de confiança, pode-se esperar que as crenças de confiança são facilitadas quando os indivíduos percebem melhor as perspectivas dos outros, são emocionalmente sensíveis e demonstram preocupação para com os outros (Rotenberg *et al.*, 2005).

II. Objectivos

A presente investigação foi delineada a partir de alguns objectivos gerais, a nível metodológico e pragmático e organiza-se em 2 estudos.

Estabeleceu-se como primeiro objectivo correspondente ao estudo 1 a

prossegução do processo de construção e de validação da escala multicultural de crenças de confiança interpessoal para crianças, iniciada em anterior investigação, com as etapas de tradução, selecção de itens originais da versão multicultural em estudo cedida pelo autor (Rotenberg, Sakai, Betts & Maeshiro, 2008; versão portuguesa experimental, Breda, Vale Dias & Ferreira, *in* Ferreira, 2009) *Cross-Cultural Children's Trust Beliefs* (CCCTB). Este processo envolveu a construção de novos itens portugueses, e, com uma amostra inicial, o estudo da estrutura e da consistência interna da escala total. Adoptando-se as etapas do processo de construção original da *Children's Generalized Trust Beliefs* (CGTB), tratou-se de transitar de uma versão provisória constituída por 36 itens, para uma mais adequada com 24, a partir da selecção de pares de itens mais intercorrelacionados (Rotenberg *et al.*, 2005) – i.e. um par de itens por subescala base-alvo da confiança interpessoal. Para esse efeito foram seleccionados os dois itens que em versões anteriores já tinham demonstrado um coeficiente de intercorrelação mais elevado. Deste modo, manteve-se a constituição da escala, em termos dos itens que representam as bases e os alvos, ao longo de 3 versões. Por este motivo, foi possível compilar numa única amostra, os dados de recolhas sequenciadas, realizadas ao longo de 3 anos, em numerosas escolas e instituições educativas. No presente estudo para além de se pretender avaliar se esta escala teria as qualidades psicométricas desejadas, designadamente, se corresponderia em termos de estrutura ao modelo teórico de base (ou seja, estudámos o modelo de medida), também se estabeleceu como objectivo avaliar a sua consistência interna.

O modelo de medida a testar, que está relacionado com o modelo teórico de confiança interpessoal de Rotenberg, consiste num modelo hierárquico composto por: 3 variáveis latentes que se referem às bases fidelidade, honestidade e emocional e 12 variáveis manifestas que são relativas aos itens agregados bases x alvos (*cf.* Figura 1).

No estudo 2, partindo de uma amostra diferente, mais restrita (amostra 2), pretende-se estudar a relação entre as crenças de confiança generalizadas nas crianças e variáveis da socialização que lhe são próximas utilizando, para esse fim, a versão portuguesa da bateria de socialização para crianças, na sua versão de avaliação por auto-relato (BAS-3).

Assim, a nossa hipótese era de que, diferenças entre as crianças no nível de crenças de confiança interpessoal global (dirigidas para certas bases e para certos alvos) estão associadas a respostas diferentes na bateria de socialização, especificamente, a hipótese de que:

Hipótese 1 - Crianças com um nível mais elevado de crenças de confiança interpessoal, apresentam maiores níveis de liderança, autocontrolo nas relações sociais e consideração pelos outros (variáveis facilitadoras da socialização) e menores níveis de ansiedade social/ timidez e isolamento social (variáveis inibidoras da socialização).

Neste âmbito, para além de estudar a existência de uma relação entre o nível de crenças confiança interpessoal do indivíduo e as condutas sociais, é

ainda um objectivo do segundo estudo, caracterizar a amostra de respondentes quanto aos dois constructos - *crenças de confiança interpessoal* e a *condutas sociais*. Então, os objectivos complementares, comportam as seguintes hipóteses:

Hipótese 2 - Existem diferenças significativas entre os géneros no que respeita às crenças generalizadas de confiança interpessoal;

Hipótese 3 - Existem diferenças estatisticamente significativas no nível de crenças de confiança interpessoal em relação aos diferentes alvos (Mãe, Pai, Amigo e Professor);

Hipótese 4 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre as idades no nível de crenças de confiança interpessoal;

Hipótese 5 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre os géneros nas diferentes variáveis da socialização;

Hipótese 6 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre as idades nas diversas variáveis da socialização.

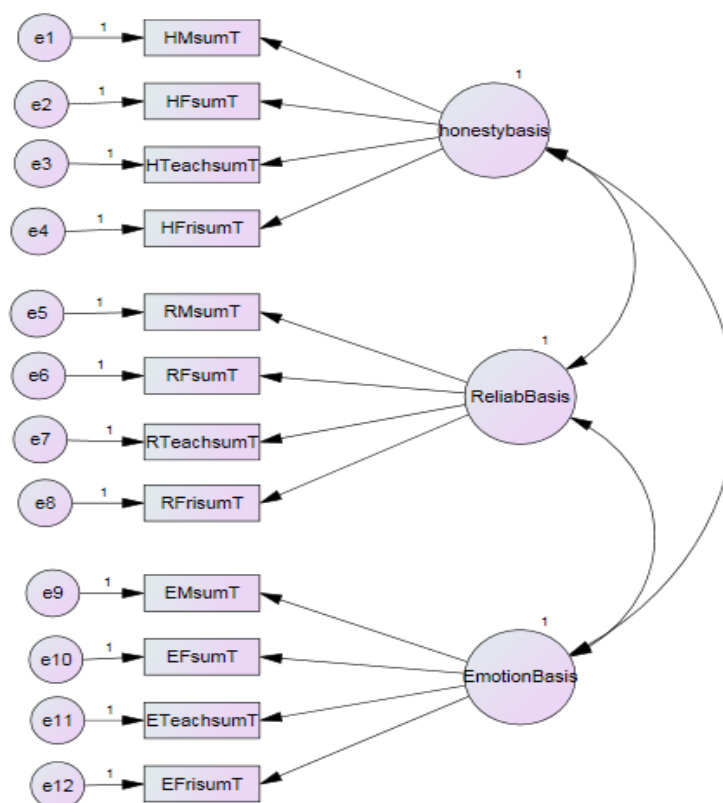


Figura 1. Modelo de medida a testar (Rotenberg *et al.*, 2005).

III. Metodologia

3.1 Estudo 1

3.1.1 Caracterização da Amostra E1

O estudo conta com diferentes amostras. A amostra do estudo 1 é constituída pela agregação de três amostras abrangidas em 3 anos de recolha de dados, com início em 2009 e término em 2011.

Durante o ano de 2009, foram recolhidos 30.7% do total de questionários, 20.2% no ano de 2010 e 49.1 % são relativos ao ano de 2011.

Os dados foram recolhidos em instituições educativas da zona centro do país, incluindo escolas do ensino básico público e instituições de acolhimento e tutela de menores em situações de risco psicossocial. Esta foi composta pelo método de amostragem por acessibilidade ou conveniência (Hill & Hill, 2009), tendo como principal critério para a aplicação dos questionários, a idade dos sujeitos. Um segundo critério, seguido por razões de índole prática, foi a organização em grupos-turma, sendo que a recolha de dados ocorreu principalmente em contexto de aula/ turma.

A amostra é constituída por um total de 277 crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade, que frequentavam o 4º, 5º e 6º ano de escolaridade, de 9 escolas diferentes.

Para a caracterização da amostra em causa, recorreu-se à estatística descritiva, tendo-se utilizado frequências absolutas e percentagens.

Uma prévia caracterização da amostra em causa, no que concerne à variável género, mostra que existe uma pequena heterogeneidade na distribuição entre os sexos, com predominância do masculino ($n = 156$) correspondendo a 56.3 % do total (*cf.* Tabela 1).

No respeitante à distribuição por grupos etários, constatou-se que a idade mais frequente é a de 10 anos (41.5%), seguida dos 11 anos (39.7%), e, por fim, os 9 anos (18.4%) representados por 52 sujeitos.

No que concerne à média das idades, esta situou-se nos 10.21 anos, com um desvio-padrão de .75.

Tabela 1. Características gerais da amostra do Estudo 1

		Frequência ($n = 277$)	Percentagem 100%
Sexo	Masculino	156	56.3
	Feminino	121	43.7
Idade	9 anos	51	19.1
	10 anos	115	43.4
	11 anos	110	37.5

3.1.2 Instrumento de medida

Cross-cultural Children's Trust Beliefs (CCCTB) – A CCCTB desenvolvida por Rotenberg, Sakai, Betts e Maeshiro, (Rotenberg, Sakai, Betts & Maeshiro, 2008) é uma escala de crenças generalizadas de confiança e apesar de ainda não ter sido publicada, foi cedida pelo autor para o presente estudo. Esta escala tem por base a versão anterior, a CGTB (*Children's Generalized Trust Beliefs*) da autoria de Rotenberg e seus colaboradores (Rotenberg *et al.*, 2005). Houve a necessidade de desenvolver e validar uma versão portuguesa da escala, uma vez que em Portugal não existem instrumentos adaptados que meçam directamente a confiança interpessoal nas crianças. Esta versão não se cingiu a uma simples tradução dos itens originais, mas incluiu o desenvolvimento de itens com um conteúdo orientado para a realidade cultural portuguesa, além de itens com conteúdo original. O desenvolvimento destas versões experimentais baseou-se em estudos piloto que tiveram a forma de entrevista clínica e de questionário de perguntas abertas sobre concepções da confiança interpessoal, que indagavam as crianças sobre situações de confiança e de quebra de confiança, e exemplos de situações desta natureza e seu impacto nas crianças.

Esta escala divide-se em três subescalas, que correspondem às três bases de confiança propostas por Rotenberg: *Fidelidade*, *Confiança Emocional* e *Honestidade*, e quatro grupos-alvo, nomeadamente *Mãe*, *Pai*, *Amigo* e *Professor*. A escala é composta por 24 itens, correspondendo dois itens agregados por cada subescala x grupo-alvo. Foi esta escala de 24 itens (dois por entre-cruzamento de cada base por cada alvo) aplicada à actual amostra. Em cada item é expressa uma situação do quotidiano e é feita uma pergunta onde o sujeito deve enunciar uma probabilidade de que o sujeito ou grupo alvo tenha uma certa conduta, dependente da sua confiabilidade. Para exemplificar o conteúdo dos itens: “*Contaste ao teu pai um segredo sobre uma coisa que queres ser ou fazer quando fores adulto (a), e pediste-lhe para guardar segredo. Achas que o teu pai irá guardar segredo?*” (item correspondente à base confiança emocional, alvo pai) “*O (A) teu (tua) amigo(a) prometeu que te ajudava a fazer um trabalho para a escola. Achas que ele te vai ajudar a fazer o trabalho?*” (item correspondente à base fidelidade, alvo par); “*A tua mãe disse que estaria a assistir à peça de teatro da tua escola em que tu entras. Não a viste mas ela disse que te esteve a ver. Achas que ela assistiu à peça?*” (item honestidade, mãe); “*O teu professor ou professora disse que passava um filme se estivessem sossegados durante a aula. A turma esteve sossegada durante a aula. Achas que o(a) professor(a) passará o filme?*” (honestidade x professor).

As respostas são solicitadas numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos (1 - *De certeza que não*; 2 - *Acho que não*; 3 - *Indeciso*; 4 - *Acho que sim* e 5 - *De certeza que sim*), em que 1 significa o menor grau de confiança e 5, o maior (Rotenberg *et al.*, 2005). Estas respostas são apresentadas num formato analógico com cada nível representado por um quadrado de dimensão diferente.

Recorde-se que o modelo que está na origem das medidas das

crenças generalizadas de confiança interpessoal para crianças, incluindo a CGTB e CCCTB e, por consequência, da versão portuguesa da escala multicultural, é o modelo de Rotenberg (2001; 2005).

3.1.3 Procedimentos

O processo de recolha de dados teve a duração de 3 anos, consecutivos, tendo iniciado em 2009 e terminado em 2011.

Ao longo dos três anos o instrumento de medida foi aplicado em instituições educativas em Coimbra, Vila Real, Entroncamento e Viseu.

Previamente foram solicitadas as devidas autorizações junto do conselho executivo de cada instituição e dos encarregados de educação de todas as crianças.

Após o processo de recolha de dados, procedeu-se à análise e tratamento estatístico dos mesmos, recorrendo a programas específicos, designadamente, o programa *Statistical Pack for the Social Sciences 20.0* e o *software AMOS (v.20, SPSS Inc, Chicago, IL)*.

No sentido de averiguar a adequação da escala ao modelo de Rotenberg (2001; 2005) e em particular, de assegurar a estabilidade dos resultados da escala completa (como medida das crenças generalizadas de confiança interpessoal das crianças em diferentes alvos) procedeu-se à análise da consistência interna desta escala, pelo indicador de *alpha* de *Cronbach*. De acordo de Pestana e Gageiro (2008), valores abaixo de .60 são inadmissíveis, de .60 a .70 fracos, entre .70 e .80 são razoáveis, .80 e .90 são bons e superiores a .90 são muito bons. Ao longo da presente investigação, e no que concerne ao estudo da consistência interna, serão tidos estes valores como referência.

Para avaliar a validade factorial da escala, estabeleceu-se como metodologia a Análise de Equações Estruturais para fins de análise factorial confirmatória, utilizando o *software AMOS (v.20, SPSS Inc, Chicago, IL)*.

Para testar a normalidade da distribuição das variáveis, foram analisados os valores de assimetria e achatamento. Segundo Kline (2005), embora não seja claro que valores de achatamento e assimetria se tornam problemáticos, afirma que valores absolutos de assimetria inferiores a 3 e de achatamento inferiores a 7-10 permitem assumir que a não-normalidade da distribuição das variáveis dependentes não é problemática. Não obstante, e porque o tamanho da amostra o permitia, no que diz respeito ao teste do modelo de medida (análise factorial confirmatória), foi seleccionado um método de estimação robusto face aos efeitos de distribuição.

3.2 Estudo 2

3.2.1 Caracterização da Amostra E2

Para a presente amostra, mais específica e restrita relativamente à do estudo 1, seleccionaram-se 136 alunos, com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade, pertencentes ao 4º, 5º e 6º ano de escolaridade.

Apesar da necessidade de recolher uma amostra com uma faixa etária pré-estabelecida, a amostra do presente estudo pode classificar-se como ocasional e orientada por razões de comodidade (Hill & Hill, 2009), tendo como único critério para a aplicação dos questionários, a idade dos sujeitos (dos 9 aos 11 anos de idade).

O motivo que justificou a selecção deste método prendeu-se com os recursos financeiros e temporais disponíveis para realizar a investigação.

As características da amostra, foram determinadas através das estatísticas descritivas, tendo por base as frequências absolutas e as percentagens (*cf.* Tabela 2).

Tabela 2. Características gerais da amostra E2

		Frequência (<i>n</i> = 136)	Percentagem 100%
Sexo	Masculino	82	60.3
	Feminino	54	39.7
Idade	9 anos	26	19.1
	10 anos	59	43.4
	11 anos	51	37.5
Ano de escolaridade	4º ano	33	21.1
	5º ano	73	53.7
	6º ano	30	22.1

Dos sujeitos seleccionados para a investigação, verificou-se que a maioria dos sujeitos, 82 (60.3%) pertence ao sexo masculino. Através do teste do qui-quadrado verificou-se que esta diferença é significativa ($\chi^2 = 5.77, p < 0.05$).

No que concerne à forma como se distribuíram os inquiridos pelos diferentes grupos etários, constatou-se que a idade mais frequente é a de 10 anos na qual se incluem 59 sujeitos (43.4%), seguindo-se os 11 anos, representados por 51 sujeitos (37.5%), e por fim, 26 sujeitos com 9 anos (19.1%). A média de idades dos participantes é de 10, 18 anos ($DP = .73$), tendo o indivíduo mais novo 9 anos e o mais velho 11 anos.

É de notar que algumas análises estatísticas do presente estudo empírico, incorporam todas as faixas etárias (as análises referentes à escala CCCTB), enquanto que outras análises apenas englobam os sujeitos com 10 e 11 anos (as análises referentes à BAS-3, e a análise de associações entre CCCTB e BAS-3).

Em termos de escolaridade, a maioria dos sujeitos (53.7%) encontravam-se a frequentar o 5º ano, 24.3% o 4º ano e 22.1% o 6º ano de escolaridade.

3.2.2 Instrumentos de medida

Na segunda fase da presente investigação, foi utilizada a escala de crenças de confiança interpessoal generalizadas para crianças - CCCTB, descrita anteriormente.

Ainda que o estudo anterior com o instrumento em questão revele qualidades psicométricas adequadas, teve-se o cuidado de calcular estatísticas de fiabilidade para a escala completa, mediante a estimação do seu *alpha* de *Cronbach* pois, como sugerem Hill e Hill (2009), os coeficientes de fiabilidade costumam variar de amostra para amostra.

Desta forma, considerando os valores normativos de Pestana e Gageiro (2008), verificou-se que a escala total apresenta um valor acima de .80, o que representa uma boa consistência interna. Mais especificamente, o valor do *alpha* de *Cronbach* é de .89.

- *A Bateria de Socialização (BAS-3)* – A Bateria de Socialização (BAS-3), é da autoria de Silva, Martorell e Clemente (1985), tendo sido posteriormente adaptada para a população portuguesa por Ferreira e Rocha (2004). Este instrumento consiste num questionário de auto-avaliação direccionado para crianças e adolescentes, entre os 11 e os 18 anos, que permite avaliar o seu comportamento social, mais especificamente no que concerne às relações sociais entre pares. É constituído por 75 itens, existindo duas possibilidades de resposta *Sim* ou *Não*.

É de notar que esta bateria é heterogénea, e não fornece um *score* total. Tampouco é indicado um modelo estrutural da relação entre estes diferentes construtos, que assim, serão tratados como independentes. Portanto, a sua cotação permite obter cinco dimensões sociais: *Consideração pelos outros* (Co), *Auto-controlo nas relações sociais* (Ac), *Isolamento* (Is), *Ansiedade Social/ Timidez* (At) e *Liderança* (Li). A dimensão *Consideração pelos outros* (Co) é composta por 14 itens e diz respeito à preocupação em relação aos outros, em especial pelos que têm problemas, sofrem de rejeição ou são ignorados, estando, de algum modo, associada aos conceitos de altruísmo e empatia emocional. A dimensão *Auto-controlo nas relações sociais* (Ac), também composta por 14 itens, consiste num factor que poderá ser entendido segundo dois pólos: um em que existe cumprimento e aceitação das normas sociais e regras que facilitam a convivência e o respeito mútuo, e outro caracterizado por comportamentos agressivos ou impositivos. Por outras palavras, é uma dimensão fortemente associada a dimensões de ajustamento social. A dimensão *Isolamento social* (Is) tem também 14 itens e permite detectar um afastamento, passivo ou activo, em relação aos outros. A dimensão *Ansiedade social/Timidez* (At) é constituída por 12 itens, detectando manifestações de ansiedade social passíveis de se relacionarem com a timidez. Finalmente, a dimensão *Liderança* (Li), é composta por 12 itens e avalia aspectos como a ascendência, popularidade, iniciativa, auto-confiança e disponibilidade em relação aos outros. Para além das dimensões descritas, o instrumento oferece a possibilidade de obter uma medida da Sinceridade (S) obtida através da cotação de 10 itens.

No presente estudo, as escalas da BAS-3 foram submetidas ao

estudo de fidelidade através da estimação do *alpha* de *Cronbach*, verificando-se que a consistência interna se encontra dentro de limites satisfatórios para a Consideração pelos outros ($\alpha = .74$), o Auto-controlo nas relações sociais ($\alpha = .72$), Isolamento social ($\alpha = .79$) e Liderança ($\alpha = .75$).

Tendo-se verificado que as subescalas Ansiedade social/ timidez e Sinceridade não apresentam valores de fiabilidade adequados, uma vez que são inferiores a .60, decidiu-se que estas não seriam incluídas nas análises do presente estudo.

3.2.3 Procedimentos

No intuito de concretizar os objectivos acima referidos, entre os meses de Maio e Junho de 2011, procedeu-se a um conjunto de diligências que caracteriza o processo de recolha de dados.

Inicialmente foram contactadas diversas instituições educativas do 1º, 2º e 3º ciclo da região centro, tendo obtido parecer positivo de escolas do Entrocamento e de Viseu.

Após ter sido obtida a autorização dos directores executivos das escolas e recebido o consentimento informado dos encarregados de educação, aplicaram-se os dois instrumentos de medida às crianças, em contexto de turma.

Finalizado o processo de recolha de dados, procedeu-se à análise e tratamento estatístico dos mesmos, recorrendo ao programa *Statistical Pack for the Social Sciences 20.0*.

Para assegurar a estabilidade dos resultados das escalas procedeu-se à análise da consistência interna da escala completa CCCTB, e das escalas da BAS-3, pelo indicador de *alpha* de *Cronbach*, utilizando como referência os valores normativos supracitados, de Pestana e Gageiro (2008).

No sentido de averiguar se existem diferenças em função do género e em função dos grupos-alvo no que toca às crenças de confiança interpessoal, procedeu-se à estatística paramétrica do cálculo do teste *t* de Student para amostras independentes no primeiro caso, e uma análise da variância de medidas repetidas (ANOVA) no segundo caso. Realizou-se ainda uma análise de variância no que concerne às bases da confiança interpessoal, utilizando, igualmente, uma ANOVA de medidas repetidas. Sempre que a normalidade das distribuições amostrais não se podia assumir, em face a amostras pequenas ($n < 30$), recorreu-se ao teste de *Kruskal-Wallis*, nomeadamente, para avaliar as diferenças entre as idades na escala CCCTB.

No que concerne à análise das diferenças em função do género e da idade, relativamente às variáveis de socialização, medidas através da BAS-3, recorreu-se ao teste *t* de Student para amostras independentes.

Para testar o pressuposto da normalidade da distribuição das variáveis foi realizado inicialmente o teste de Kolmogorov-Smirnov, verificando-se que a distribuição da amostra é normal para valores de $p > .05$. Para além deste, foi utilizado o teste de Levene, na medida em que é um teste robusto a desvios da normalidade (Maroco, 2010), confirmando-se a homogeneidade para valores de $p > .05$.

Com o objectivo de medir a força e dimensão da associação entre duas

variáveis, efectuou-se uma análise de correlações de *Pearson*, mais especificamente para testar as hipóteses referentes à relação entre os níveis de crenças de confiança interpessoal e as variáveis da socialização. Ao longo desta investigação, e no que diz respeito à avaliação das magnitudes de correlação, será utilizada a convenção de Pestana e Gageiro (2003) que sugerem que uma associação deverá ser considerada muito baixa sempre que o coeficiente de correlação seja inferior a .20; baixa entre .20 e .39; moderada entre .40 e .69; alta entre .70 e .89 e muito alta entre .90 e 1.0.

IV. Resultados

4.1 Estudo 1

4.1.1 Análise da consistência interna da escala CCCTB

A análise da consistência interna da escala CCCTB foi avaliada através do coeficiente de *alpha* de *Cronbach* (classificados de acordo com os dados normativos de Pestana e Gageiro, 2008), das correlações item-total e da matriz de intercorrelações entre os itens. A escala completa (24 itens) apresenta uma boa consistência interna ($\alpha = .82$), superior ao encontrado na escala original (.76; Rotenberg *et al.*, 2005). As correlações item-total oscilam entre .36 e .58, e a média da matriz de intercorrelações entre os itens foi de .27. (*cf.* Tabela A em Anexo) Verificou-se que os itens pertencentes à mesma subescala apresentam valores mais elevados de intercorrelação, tal como os itens referentes aos mesmos alvos.

4.1.2 Análise Factorial Confirmatória

A validade factorial da escala CCCTB foi avaliada através de uma análise factorial confirmatória que avalia a qualidade de ajustamento do modelo de medida teórico (*cf.* Figura A em Anexo) à estrutura correlacional observadas entre as variáveis manifestas (itens) (Maroco, 2010). A normalidade das variáveis foi avaliada pelos coeficientes de assimetria (*sk*) e curtose (*ku*). As variáveis apresentam valores que de acordo com Kline (2005), não se afastam dos valores considerados adequados para a assunção do pressuposto da normalidade ($|sk| < 3$ e $|ku| < 10$).

A qualidade de ajustamento global do modelo factorial foi avaliada tendo em conta os seguintes índices de qualidade de ajustamento: $\chi^2 / g.l.$, *CFI*, *GFI*, *RMSEA*, *PGFI*, *PCFI*.

O Qui-quadrado (χ^2), avalia a qualidade do modelo no seu todo. Teoricamente, este indicador deveria ser não significativo, para se obter um modelo ajustado. Não obstante, é conhecido o facto de este indicador ser sensível a desvios muito pequenos do modelo conceptual (além de ser afectado pela dimensão da amostra). Neste sentido, os autores sugerem reportar o valor do Qui-quadrado a dividir pelos graus de liberdade (g.l.). De uma forma geral, o ajustamento considera-se bom se $\chi^2 / g.l.$ se for inferior a 2, aceitável se inferior a 5 e inaceitável para valores superiores a 5.

De uma maneira geral, considera-se que valores de *GFI* (*Goodness of Fit Index*) e de *CFI* (*Comparative Fit Index*) inferiores a 0.9 indicam modelos com mau ajustamento aos dados; valores de *GFI* entre [0.9; 0.95] indica um bom ajustamento; valores de *GFI* superiores a 0.95 são indicadores de um ajustamento muito bom.

Valores de *PCFI* (*Parcimony CFI*) e *PGFI* (*Parcimony GFI*) inferiores ou iguais a 0.6 indicam um mau ajustamento; valores entre 0.6 e 0.8 indicam um ajustamento razoável, valores superiores a 0.8 são indicadores de um bom ajustamento.

O ajustamento do modelo é inapropriado quando a estimativa de *RMSEA* (*Root Mean Square Error of Approximation*) é superior a 0.10; o ajustamento é considerado medíocre no intervalo entre 0.08 e 0.10; valores entre 0.05 e 0.08 sugerem um ajustamento bom; e valores inferiores a 0.05 sugerem um ajustamento muito bom.

A qualidade do ajustamento local foi avaliada pelos pesos factoriais e pela fiabilidade individual dos itens.

O modelo tri-factorial da escala CCCTB, ajustado a uma amostra de 277 sujeitos, revelou uma qualidade de ajustamento bom ($\chi^2 / g.l. = 1.662$; *GFI* = .94; *CFI* = .92; *PCFI* = .71.; *RMSEA* = .05; $p \geq .05$; *PGFI* = .61). (cf. Tabela 3).

A validade factorial é geralmente avaliada pelos pesos factoriais estandardizados e pela fiabilidade individual do item. Normalmente assume-se que se todos os itens têm pesos factoriais superiores ou iguais a 0.5 o factor apresenta validade factorial. A maioria dos itens da escala CCCTB apresentou pesos factoriais elevados ($\lambda > .05$), com excepção do item Fidelidade Par (.46) ainda que este valor se aproxime do valor de referência.

A fiabilidade individual do item corresponde à fracção da variabilidade total do item explicado pelo factor de cujo o item é manifestação. Esta fiabilidade é uma condição necessária mas não suficiente para demonstrar a validade factorial. De uma forma geral considera-se que valores iguais ou superiores a 0.25 neste indicador sugerem fiabilidade individual apropriada (Maroco, 2010). A fiabilidade individual dos itens apresenta valores adequados para a maioria dos itens ($R^2 \geq .25$), com excepção do item Fidelidade Par (.21).

Tabela 3. Índices de ajustamento do modelo de medida

χ^2 - Qui-quadrado	84.75
<i>g.l.</i> - graus de liberdade	51
<i>GFI</i> - Godness Fit Index	.94
<i>CFI</i> - Comparative Fit Index	.92
<i>PCFI</i> - Parcimony CFI	.71
<i>PGFI</i> - Parcimony GFI	.61
<i>RMSEA</i> - Root Mean Square Error Approximation	.05

4.1.3 Descrição das médias da amostra E1

Utilizando a estatística descritiva, verificou-se que a média para a Escala Total é de 3.66 ($DP = .61$). Para a subescala Honestidade a média é de 3.45 ($DP = .77$), a Fidelidade apresenta uma média de 3.98 ($DP = .63$) e no caso da Emocional a média é de 3.55 ($DP = .98$). A presente amostra pontuou mais na subescala da Fidelidade, seguindo-se Emocional, Honestidade.

No que diz respeito à estatística descritiva em relação aos alvos, os resultados demonstram que a média obtida pelos inquiridos relativamente ao alvo Mãe é de 3.84 ($DP = .73$), ao Pai é de 3.68 ($DP = .80$), ao Amigo é de 3.58 ($DP = .69$) e ao Professor corresponde 3.54 ($DP = .80$). Assim, verifica-se que a amostra pontua mais no alvo Mãe, seguindo-se o Pai, o Amigo, e por fim, o Professor. Tendo em conta todas as médias obtidas, verifica-se que a maior parte dos sujeitos situa a sua resposta no mesmo patamar, referindo “*Acho que sim*” (confio) em todas as questões.

Tabela 4. Descrição das médias da amostra

	<i>M</i>	<i>D.P.</i>
Escala Total	3.66	.61
Honestidade	3.45	.77
Fidelidade	3.98	.63
Emocional	3.55	.98
Mãe	3.84	.73
Pai	3.68	.80
Amigo	3.58	.69
Professor	3.54	.80

4.2 Estudo 2

4.2.1 Descrição das médias da amostra na escala CCCTB

Utilizando a estatística descritiva, verificou-se que a média para a Escala Total é de 3.97 ($DP = .72$). Para a subescala Honestidade, Fidelidade e Emocional a média é de 3.64 ($DP = .94$), 4.15 ($DP = 1.10$) e 3,73 ($DP = .88$) respectivamente. A presente amostra pontuou mais na subescala da Fidelidade, seguindo-se Emocional, Honestidade. No que concerne aos grupos-alvos, nomeadamente à Mãe ($M = 4.15$; $DP = 1.14$), Pai ($M = 4.08$; $DP = .74$), Amigo ($M = 3.60$; $DP = 1.13$) e Professor ($M = 3.50$; $DP = .68$).

Desta forma, verifica-se que a maior parte dos sujeitos refere que “*Acho que sim*” (confio) em todas as questões (*cf.* Tabela 5).

Tabela 5. Descrição das médias da escala CCCTB

	<i>M</i>	<i>D.P.</i>
Escala Completa	3.97	.72
Honestidade	3.64	.94
Fidelidade	4.15	1.10
Emocional	3.73	.88
Mãe	4.15	1.14
Pai	4.08	.74
Amigo	3.60	1.13
Professor	3.50	.68

4.2.2 Estudo das diferenças entre géneros na CCCTB

No sentido de comparar e averiguar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre géneros no que concerne às crenças de confiança interpessoal, às três subescalas da CCCTB, e aos quatro alvos, procedeu-se à estatística paramétrica do cálculo do teste *t* de Student para amostras independentes. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação à subescala Emocional, $t(134) = -2.19$, $p < .05$, e Professor, $t(134) = -2.04$, $p < .05$, sendo que a tendência vai no sentido do sexo feminino pontuar mais alto do que o masculino. Na subescala Emocional, o sexo feminino obteve uma média de 31.46 ($DP = 5.88$) e o masculino 28.79 ($DP = 7.59$), enquanto que na escala Professor, o sexo feminino apresentou uma média de 21.89 ($DP = 4.11$) e o masculino 20.44 ($DP = 4.00$) (cf. Tabela 6).

Tabela 6. Diferenças significativas entre géneros na CCCTB

	Masculino (<i>n</i> = 82)		Feminino (<i>n</i> = 54)		<i>t</i> (134)	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Emocional	28.79	7.59	31.46	5.88	-2.19	.03
Professor	21.89	4.11	20.44	4.00	-2.04	.04

Nota. $p < .05$

4.2.3 Estudo das diferenças de confiança nos alvos

Testaram-se as diferenças entre os alvos através de uma ANOVA de medidas repetidas. Esta análise revelou que há um efeito do alvo, $F(3, 381) = 22.57$, $p < .001$. Comparações *a posteriori* com o teste LSD revelaram que existem diferenças significativas entre a Mãe ($M = 24.88$, $DP = 7.01$) e o Amigo ($M = 21.64$, $DP = 6.81$) e entre a Mãe e o Professor ($M = 21.01$, $DP = 4.21$). As mesmas diferenças foram encontradas para o Pai ($M = 24.41$, $DP = 4.44$). Não foram encontradas diferenças significativas nas crenças de confiança entre os alvos Mãe e o Pai e entre os alvos Amigo e Professor (cf. Tabela 7).

A média mais elevada é referente à Mãe, seguindo-se o Pai, Amigo, e por último, o Professor.

Tabela 7. Diferenças significativas entre alvos para a totalidade da amostra do E2

	Amostra (n = 128)		F (3, 381)	p
	M	DP		
Mãe	24.88	7.01	22.57	*
Pai	24.41	4.44	22.57	*
Amigo	21.64	6.81	22.57	*
Professor	21.01	4.21	22.57	*

Nota. * $p < .001$

4.2.4 Estudo das diferenças entre as bases

Testaram-se as diferenças entre as bases mediante uma ANOVA de medidas repetidas, que revelou que há um efeito das bases, $F(2, 254) = 13.64$, $p < .001$. Comparações *a posteriori* com o teste LSD revelaram que existem diferenças significativas entre a Honestidade ($M = 29.05$, $DP = 7.50$) e Fidelidade ($M = 33.18$, $DP = 8.78$) e entre a Fidelidade e Emocional ($M = 29.70$, $DP = 7.11$) (cf. Tabela 8).

A média mais elevada é referente à base Fidelidade, seguindo-se a Emocional e, por fim, a Honestidade.

Tabela 8. Diferenças significativas entre as bases para a totalidade da amostra do E2

	Amostra (n = 128)		F (2, 254)	p
	M	DP		
Honestidade	29.05	7.50	13.64	*
Fidelidade	33.18	8.78	13.64	*
Emocional	29.70	7.11	13.64	*

Nota. * $p < .001$.

4.2.5 Estudo das diferenças entre as idades na CCCTB

No sentido de perceber se existem diferenças significativas entre as idades (9, 10 e 11 anos), nas diversas dimensões da escala CCCTB, foi utilizado o teste não paramétrico *Kruskal-Wallis*, uma vez que o grupo de sujeitos com 9 anos apresentava um $n < 30$. A partir da análise dos resultados obtidos foi possível observar que existem diferenças significativas nas distribuições dos 3 grupos de idade, quer na Honestidade ($\chi^2(2) = 8.85$, $p = .012$), quer na Fidelidade ($\chi^2(2) = 16.26$, $p < .001$), na Emocional ($\chi^2(2) = 14.74$, $p = .001$) e Professor ($\chi^2(2) = 8.85$, $p = .014$).

Com o objectivo de perceber entre que idades se encontram as diferenças realizaram-se comparações múltiplas *post-hoc*, através do método de *Bonferroni* (cf. Tabela 9).

Os resultados sugerem que nas subescalas Honestidade e Professor as crianças com 9 anos (*mean rank* = 83.02, *mean rank* = 87.35, respectivamente) obtiveram um *mean rank* superior às de 11 anos (*mean*

$rank = 55.81$, $mean rank = 59.73$, respectivamente). Na subescala Emocional encontraram-se diferenças significativas entre as crianças com 9 ($mean rank = 46.92$) e 10 anos ($mean rank = 81.43$), e entre as crianças com 9 e 11 anos ($mean rank = 64.54$). Na subescala Fidelidade os resultados sugerem diferenças estatisticamente significativas entre as crianças de todas as idades, sendo que as crianças com 9 anos ($mean rank = 90.08$), obtiveram resultados mais elevados do que as crianças com 10 anos ($mean rank = 60.66$) e do que as crianças com 11 anos ($mean rank = 54.97$).

Em suma, a tendência central aponta para as crianças de 9 anos pontuarem mais do que as de 10 e as de 11 anos, excepto para a subescala Emocional, em que as crianças com 9 anos apresentam valores mais baixos do que as de 10 e 11 anos.

Tabela 9. Diferenças estatisticamente significativas entre as idades na Escala CCCTB, E2

	9 anos ($n = 26$)	10 anos ($n = 59$)	11 anos ($n = 51$)	$\chi^2(2)$	p
	<i>Mean rank</i>	<i>Mean rank</i>	<i>Mean rank</i>		
Honestidade	83.02	65.67	55.81	8.85	.012
Fidelidade	90.08	60.66	54.97	16.26	.000
Emocional	46.92	81.43	64.54	14.74	.001
Professor	87.35	67.78	59.73	8.85	.014

4.2.6 Descrição das médias da amostra relativas à BAS-3

De acordo com a análise descritiva realizada, verificou-se que a média para as escalas Consideração pelos outros, Liderança, Auto-controlo nas relações sociais é de .85 ($DP = .17$), .64 ($DP = .22$) e .74 ($DP = .19$), respectivamente. Assim, constatou-se que a maior parte dos sujeitos refere que “*Sim*” em todas as questões integradas nestas escalas. No que concerne à escala Isolamento a média é de .20 ($DP = .20$), verificando-se que a maioria dos sujeitos refere que “*Não*” nas questões desta escala (*cf.* Tabela 10).

Tabela 10. Descrição das médias da amostra na BAS-3

	M	DP
Consideração pelo outros	.85	.17
Liderança	.64	.22
Auto-controlo nas relações sociais	.74	.19
Isolamento	.20	.20

4.2.7 Estudo das diferenças entre géneros na BAS-3

Quanto às diferenças na socialização em função do sexo da criança, os

resultados não apresentam diferenças estatisticamente significativas. Mais uma vez, recorreu-se ao *t* de student para amostras independentes para suportar esta análise.

4.2.8 Estudo das diferenças entre as idades na BAS-3

Efectuou-se um teste *t* de Student para amostras independentes para avaliar as diferenças entre as idades nas variáveis de socialização. Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos com 10 e 11 anos apenas na dimensão Isolamento, $t(107) = 2.19$, $p = .031$, sendo que as crianças com 10 anos apresentam uma média estatisticamente superior no Isolamento ($M = 3.33$, $DP = 3.00$) em relação às crianças com 11 anos ($M = 2.18$, $DP = 2.49$) (cf. Tabela 11).

De referir que para o estudo destas diferenças, os sujeitos com 9 anos foram excluídos, devido a características de aplicabilidade específicas da bateria de socialização em relação à idade. Neste caso o número de sujeitos é de 110.

Tabela 11. Diferença significativa entre as idades na BAS-3

	10 anos (<i>n</i> = 59)		11 anos (<i>n</i> = 51)		<i>t</i> (107)	<i>P</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Isolamento	3.33	3.00	2.18	2.49	2.19	.031

4.2.9 Estudo das correlações entre a Escala CCCTB e a BAS-3

Para aferir a existência de relações de associação entre a confiança interpessoal e a socialização calculou-se o coeficiente de correlação de *Pearson*, para cada uma das subescalas de cada instrumento. Ainda que não tenham sido encontradas correlações fortes entre as subescalas, de acordo com as convenções de Pestana e Gageiro (2003), constatou-se a existência de duas associações positivas, uma entre a dimensão Liderança e Emocional ($r = .24$, $p < .05$) e outra, entre a dimensão Liderança e Pai ($r = .22$, $p < .05$), embora ambas sejam moderadas (cf. Tabela B).

V. Discussão

Com o trabalho empírico realizado procurou-se dar um contributo para a investigação relacionada com a confiança interpessoal, estabelecendo objectivos específicos para cada fase de estudo e tentando responder às questões colocadas.

Para responder à primeira questão, antes de mais, foram analisados os níveis de consistência interna da escala CCCTB, através do coeficiente de *alpha* de *Cronbach*, tendo-se obtido um valor deste índice considerado bom e, portanto, aceitável para fins de investigação.

A escala CCCTB demonstrou as qualidades psicométricas requeridas, e o modelo de estrutura tri-factorial, identificado através da análise factorial

Tabela B. Correlações entre a escala CCCTB e a escala BAS-3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1-BAS 3 - Consideração pelos outros	-											
2-BAS 3 - Auto-controlo relações sociais	.73**	-										
3- BAS 3 - Isolamento social	-.60**	-.56**	-									
4- BAS 3 - Liderança	.27**	.37**	-.26*	-								
5- CCCTB - Total	.03	-.05	-.05	.13	-							
6- CCCTB - Honestidade	.08	-.04	-.08	.07	.80**	-						
7- CCCTB - Emocional	.14	.13	-.09	.24*	.60**	.29**	-					
8- CCCTB - Fidelidade	-.11	-.12	.06	.07	.71**	.45**	.01	-				
9- CCCTB - Pai	.15	.12	-.10	.22*	.72**	.60**	.43**	.53**	-			
10- CCCTB - Mãe	.09	.04	-.13	.11	.70**	.63**	.29**	.58**	.42**	-		
11- CCCTB - Amigo	-.08	-.13	.06	.06	.75**	.46**	.54**	.56**	.34**	.22*	-	
12- CCCTB - Professor	-.00	-.04	.03	.12	.79**	.76**	.44**	.48**	.60**	.34**	.56**	-

Nota. ** $p < .01$; * $p < .05$

confirmatória, apresenta um bom ajustamento à amostra sob estudo. No geral, os itens agregados aparecem com uma boa fiabilidade e pesos factoriais adequados. Apesar dos itens agregados correspondentes à Fidelidade – Par, apresentarem um peso factorial mais baixo do que os restantes, verificou-se que se este par de itens fosse eliminado da escala não se verificava uma alteração da consistência interna, e por esse motivo deve ser mantido.

Assim, pode-se afirmar que a escala apresentada se adequa à presente amostra, pois os resultados sugerem que a escala CCCTB funciona bem como medida do componente geral das crenças de confiança interpessoal, das crenças de honestidade, fidelidade e confiança emocional em relação aos quatro alvos estudados, tendo sido concretizado o primeiro objectivo do estudo 1.

Focando o segundo estudo e a primeira questão colocada, acerca das relações entre as crenças de confiança interpessoal e as variáveis da socialização estudadas, verificou-se que nenhuma atinge um forte nível de significância ($p < .01$), requerido quando se analisam numerosas intercorrelações. Ainda assim, especificando as relações encontrados entre a confiança emocional e a liderança, e entre a figura-pai e a liderança, apesar do valor da significância ser fraco em ambas ($p < .05$), e não haver evidência favorável clara desta interacção, as hipóteses explicativas pressupõem processos interaccionais que supõem a confiança interpessoal, e possivelmente esta variável em relação com outros específicos (e.g. pai) na configuração de vida das crianças. Neste caso, este resultado pode ser um ponto de partida para análises futuras, em torno da hipótese de que as crenças de confiança em figuras específicas das relações sociais da criança, e em bases específicas de confiança (e.g. reputação e intimidade na base emocional) sejam importantes para e no processo de socialização, que conduzirá a desenvolver dimensões como a Liderança.

Ainda se hipotetiza que a base emocional de confiança interpessoal (*trust*) pode ser importante para a confiança (*confidence*) em si mesmo na interacção com e no conduzir dos, outros, dentro do grupo de pares, podendo ainda indicar que a criança se sente respeitada através e nas relações com todos os alvos, incluindo os que representam o poder e autoridade. O alvo pai, constituindo o veículo de autoridade, parece ser aceite e portanto, sinaliza uma relação positiva quer com a figura de autoridade quer com as normas quer com as contingências comportamentais decorrentes dessas normas (aceitação). Supõe-se que a confiança na figura de autoridade pode ser concebida como um pressuposto para a aprendizagem por modelação de competências especificamente de liderança.

Nas restantes dimensões não foram encontradas evidências que apontem no sentido de uma relação entre as dimensões da confiança interpessoal e das escalas da bateria de socialização. Hipotetiza-se que se a BAS-3 fosse apresentada num outro formato que abrangesse uma maior variabilidade de respostas, como por exemplo, uma escala de apreciação com mais categorias de resposta, em detrimento de uma escala dicotómica, que oferece menos possibilidades de resposta, se pudessem obter resultados

de intercorrelação entre as escalas, apesar dos autores da bateria terem justificado a escolha deste tipo de resposta com base na simplificação das respostas adequando-a à população mais jovem. Outras das hipóteses relaciona-se com o facto da BAS-3 ter sido aplicada a crianças muito novas, existindo possibilidade, mesmo que diminuta, de as capacidades cognitivas, linguísticas e sociais de algumas crianças de coortes mais baixos, ainda não estarem muito desenvolvidas ou adequadas para a melhor percepção das questões colocadas na escala. Para além destas, outras sugestões que podem ser lançadas relacionam-se com a dimensão da amostra, que apesar de poder ser considerável, é de pequena dimensão e, portanto, apresenta limitações na generalização dos resultados, bem como com a forma de operacionalização dos constructos apresentados que são diferentes das apresentadas em anteriores estudos, influenciando os resultados obtidos.

Quanto à questão levantada acerca das diferenças de género, e no que concerne à escala CCCTB, o sexo feminino demonstrou níveis mais elevados de confiança emocional, o que vai de encontro aos resultados encontrados por Rotenberg (Rotenberg *et al.*, 2005). Esta diferença pode ser devida a uma maior abertura para revelar informação confidencial, demonstrada pelo sexo feminino (Rotenberg, 1984).

Para além deste resultado significativo, o sexo feminino evidenciou maiores níveis de confiança na figura do professor. Este último resultado, foi evidenciado por Imber (1973) no estudo da escala *Imber's Children's Trust Scale - ICTS* (escala de crenças de confiança interpessoal para crianças, em que Rotenberg se baseou para criar a escala CGTB, anterior à CCCTB). Apesar dos resultados obtidos neste estudo replicarem os de Rotenberg e colaboradores (2005) e Imber (1973) nas dimensões apontadas, no que diz respeito às crenças generalizadas de confiança interpessoal (escala completa), à fidelidade, honestidade e grupo de pares, os resultados não são idênticos, uma vez que não foram encontradas diferenças significativas nestas dimensões. Estas divergências entre os presentes resultados e os anteriormente citados, pode dever-se a uma variedade de factores, incluindo o facto de a amostra ser diferente da dos referidos estudos, podendo esta evidenciar pouca variedade inter-individual, e da própria escala também diferir, e ainda diferenças culturais entre os sujeitos da amostra. Tendo em conta os resultados significativos encontrados, a hipótese 2 da presente investigação foi parcialmente corroborada.

A hipótese 3, formulada a partir do estudo de Rotenberg e seus colaboradores (2005), que pressupunha a existência de diferenças significativas entre os níveis de crenças de confiança interpessoal das crianças relativamente aos quatro grupos-alvo, foi confirmada, o que sugere que o relacionamento das crianças com os diferentes alvos, são qualitativamente diferentes (Betts, Rotenberg & Trueman, 2008). Focando as médias obtidas pelos alvos, constata-se que o grupo-alvo que obteve maiores níveis de crenças de confiança foi a Mãe, seguindo-se o Pai, o Amigo e o Professor. O padrão de crenças de confiança é consistente com a ideia de que as trocas de intimidade e companhia durante a infância é mais prevalente nas interações das crianças com as mães, pais, e mais tarde com os pares, do que com os professores (Rotenberg *et al.*, 2005). Embora este

argumento pareça apresentar validade, a interpretação destes dados deve ser realizada com alguma prudência, uma vez que o autor da escala original apontou uma limitação a estas quatro dimensões. Esta limitação refere-se ao conteúdo dos itens relativos aos diferentes alvos, que descrevem uma situação típica do mundo da criança, e estas respondem com base nessa situação quotidiana em relação aos alvos, variando as situações entre os alvos. Neste sentido, surge a possibilidade das crianças estarem a responder com base não só na confiança depositada nos alvos, mas também com base nas situações típicas *per se*, descritas nos itens. No futuro, poder-se-à estudar esta questão, examinando as crenças de confiança nos diferentes grupos de alvos, quando esses alvos são retratados não só em situações idênticas, mas também em situações mais apropriadas (e.g. tarefa de adiamento da gratificação; Rotenberg *et al.*, 2005).

No que concerne ao estudo das diferenças nas faixas etárias, mais concretamente à hipótese 4, verificou-se que as diferenças ocorrem na mesma direcção, com uma diminuição da magnitude da confiança ao longo da idade (dos 9 para os 11 anos).

Contudo, para a base Emocional as crianças com 9 anos pontuam menos do que as de 10 e 11 anos. Considerando as hipóteses estabelecidas por Rotenberg, acerca do desenvolvimento da confiança ao longo do curso de vida, verifica-se que o autor distingue a confiança emocional das restantes bases, designadamente nas idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos. A razão explicativa, apontada pelo autor, para esta singularidade, é a assunção que o aumento das trocas de intimidade, especialmente com os pares e amigos, influencia o desenvolvimento da confiança interpessoal, durante estas idades (Rotenberg, 2001). Assim, entre estes coortes, parece haver um desenvolvimento e modificação da forma como as crianças perspectivam a violação da e a confiança emocional, mais especificamente entre os pares. Deste modo, apresenta-se como hipótese futura, o estudo das diferenças etárias na dimensão emocional em comparação com as outras bases, e em relação aos diferentes alvos, nomeadamente o alvo Par.

Relativamente às diferenças entre as bases, as crenças na fidelidade são mais elevadas do que as crenças na confiança emocional e na honestidade, padrão consistente com as evidências encontradas por Rotenberg *et al.*, (2005). De acordo as propostas de Johnson-George e Swap (1982), a fidelidade parece ser uma característica mais superficial e menos especial do que a confiança emocional, uma vez que comportar-se de forma fiável é uma norma implícita nas interacções sociais diárias, e por isso, é possível que o sujeito assuma a fidelidade de outrém, na ausência de provas ou informação contrária. Por outro lado, não será tão simples de assumir que o outro é confiável na dimensão emocional. No que concerne à honestidade, Rotenberg (2010) propôs que esta dimensão depende da capacidade das crianças inferirem e compreenderem que os outros também mentem, guiados por intenções enganadoras ou ilusórias, acrescentando que estas capacidades podem já estar presentes nas crianças a partir dos 6 anos de idade.

Discutindo os resultados referentes à Bateria de Socialização, não se encontraram diferenças significativas entre os géneros. Os autores da versão portuguesa da BAS-3, apenas encontraram diferenças significativas fortes na

escala Ansiedade social/ timidez, e no presente estudo, esta escala foi eliminada devido à sua fraca consistência interna.

Em função das idades, foram encontradas diferenças significativas na dimensão Isolamento, enquanto que nas outras variáveis sociais não foram encontradas evidências. Uma possível explicação para este facto, pode estar relacionada com a abrangência da amostra em termos da faixa etária, uma vez que esta é pequena (intervalo entre 10 e 11 anos). Para além disso, os autores da bateria de socialização, afirmam que os resultados da escala isolamento tendem a diminuir com a idade, apesar dos seus estudos considerarem um maior espectro de faixas etárias. Contudo, o facto de haver diferenças significativas entre as idades, não explica que as crianças estejam isoladas socialmente, uma vez que as suas médias de pontuação são baixas, comparativamente com as possibilidades de resposta da escala desta bateria.

VI. Conclusão

No início do presente estudo, elaborou-se uma revisão da literatura referente à confiança interpessoal nos adultos e nas crianças, tendo-se verificado que a sua definição apresenta alguma controvérsia. Verificou-se que existem múltiplos aspectos e factores presentes numa relação de confiança, como o elemento risco, vulnerabilidade percebida, características pessoais, do parceiro social e aspectos situacionais e efeitos de aprendizagem, pelo que se torna imperativo chegar a um consenso para uma definição integrativa, consistente, compreensiva e reconhecido como definitiva.

Para melhor compreender este construto, expôs-se a teoria e modelo de Rotenberg, um modelo bastante compreensivo que sistematizou a definição de confiança e serviu de base para esta e outras investigações acerca da confiança interpessoal em crianças.

Posto isto, procurou-se analisar se a medida proposta das crenças de confiança interpessoal em crianças reflecte adequadamente este modelo teórico, i.e., se pode ser encarada como boa operacionalização deste modelo.

Este estudo dividiu-se em duas fases. Na primeira fase do estudo empírico, usando como metodologia a análise factorial confirmatória, procedeu-se à análise do ajustamento do modelo de Rotenberg (2001), no sentido de averiguar a sua adequação aos dados recolhidos com a versão portuguesa da CCCTB. Os resultados desta fase conduzem à aceitação do modelo tri-factorial como adequado aos dados, podendo dizer-se que este é um modelo representativo da amostra.

Na segunda fase, propôs-se estudar a relação existente entre as dimensões da confiança interpessoal nos diversos alvos genericamente e as dimensões ou variáveis da socialização.

Procurou-se igualmente explorar as diferenças intra-individuais e inter-individuais relativamente às crenças de confiança interpessoal.

As principais conclusões do estudo sugerem que a) a escala CCCTB é adequada para medir o constructo reflectido no modelo teórico de Rotenberg; b) existe uma relação positiva fraca entre a confiança emocional e a liderança; c) uma relação positiva fraca entre a confiança interpessoal e a

figura-pai; d) o sexo feminino demonstra níveis mais elevados de confiança emocional e de crenças de confiança no professor; e) as crianças depositam mais confiança na mãe e no pai do que no amigo e no professor; f) que as crenças de confiança parecem decrescer ao longo da idade; e g) que as crianças apresentam maiores níveis de crenças na base fidelidade do que emocional e honestidade.

Apesar das conclusões retiradas e das reflexões tecidas, convém reconhecer que este estudo contém algumas limitações.

Reconhece-se que teria sido oportuno ter aplicado um questionário sócio-demográfico contendo informação acerca do estatuto sócio-económico dos pais e da configuração ou estrutura familiar, uma vez que estudos anteriores referem haver diferenças inter-individuais tendo em conta diferentes estatutos sociais e tipo de estrutura familiar. Para além disso, seria interessante ter aplicado um questionário de avaliação aos pais e/ou professores, possibilitando a indagação acerca do efeito de modelação nas crenças de confiança interpessoal das crianças. Por outro lado, à semelhança dos motivos que justificaram o método de composição da amostra (e.g., tempo disponível e recursos financeiros), entendeu-se que a inclusão de mais grupos de sujeitos (e.g. pais e/ou professores) e mais variáveis, implicando que os sujeitos preenchessem mais instrumentos de avaliação de modo voluntário, poderia comprometer a adesão ao estudo e a própria qualidade dos dados. Reconhece-se também que a amostra do segundo estudo é de pequena dimensão, e tratando-se de um estudo de natureza correlacional, encontram-se limitações na generalização dos resultados para a população, pelo que seria pertinente, no futuro, apresentar uma amostra mais abrangente no sentido de aprofundar estas questões. No futuro, para além de se poder contemplar estas sugestões enunciadas, poder-se-á avaliar não só as crenças das crianças em relação aos seus pares mas também as crenças dos seus pares em relação a estas, no sentido de perceber o possível efeito da reciprocidade nas relações de confiança.

Por fim, e considerando a relevância das crenças de confiança interpessoal sobre o desenvolvimento pessoal e social, revela-se essencial investir em investigação teórica e empírica, especialmente quando grande parte dos pressupostos teóricos e resultados das pesquisas, sugerem uma variedade de aplicações promissoras do conhecimento nesta área, como programas de treino de confiança para crianças, professores e cuidadores.

Bibliografia

- Alder, L.E., & Taylor, C.T. (2004). Interpersonal process in social phobia. *Clinical Psychology Review* 24, 857 – 882.
- Baier, A. (1986). Trust and antitrust. *Ethics*, 96 (2), 231-260.
- Bernath, M. S. & Feshbach, N. D. (1995). Children's trust: Theory. Assessment, development and research directions. *Applied and Preventive Psychology*, 4, 1-19. Cambridge University Press.
- Betts, L. R., Rotenberg, K. J., & Trueman, M. (in press). The early childhood generalized trust beliefs scale. *Early Childhood Research Quarterly*. doi:10.1016/j.ecresq.2008.10.002.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge.
- Carlo, G., Randall, B. A., Rotenberg, K. J., & Armenta, B. (2010). A friend in need is a friend indeed: Exploring the relations among trust beliefs, prosocial tendencies, and friendships. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (pp. 270-294). University of Keele: Cambridge University Press.
- Cook, K. S., Yamagishi, T., Cheshire, C., Cooper, R., Matsuda, M., & Maeshima, R. (2005). Trust building via risk taking: A cross-societal experiment. *Social Psychology Quarterly*, 68(2), 121-142.
- Damon, W. (1983). *Social and personality development: Infancy through adolescence*. New York: W.W. Norton & Company.
- Davila, J., & Beck, J. G. (2002). Is social anxiety associated with impairment in close relationships? A preliminary investigation. *Behavior Therapy*, 33, 447-464.
- Deutsch, M. (1958). Trust and Suspicion. *Journal of Conflict Resolution*, 2(4), 265-279.
- Dirks, K. T. (1999). The effects of interpersonal trust on work group performance. *Journal of Applied Psychology*, 84(3), 445-455.
- Dubar, C. (1997). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Ellison, C. W. & Firestone, I. J. (1974). Development of interpersonal trust as a function of self-esteem, target status, and target style. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29(5), 655-663.
- Evans, A. M., & Kruger, J. I. (2011). Elements of trust: risk and perspective-taking. *Journal of Experimental Psychology*, 47, 171-177.
- Ferreira, A. B. (2009). *Estudos de adequação de uma escala de crenças da confiança interpessoal para a população portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia não publicada: Universidade de Coimbra.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*. Madrid: Alianza.
- Gudge, J., & Gilson, L. (2005). How can trust be investigated? Drawing lessons from past experience. *Social Science & Medicine*, 61, 1439-145. doi:10.1016/j.socscimed.2004.11.071.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário (2ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hosmer, L. T. (1995). Trust: the connecting link between organizational theory and philosophical ethics. *Academy of Management Review*, 20(2), 379-403.

- Imber, S. (1973). Relationship of trust to academic performance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 28 (1), 145-150.
- Johnson-George, C., & Swap, W. C. (1982). Measurement of specific interpersonal trust: Construction and validation of a scale to assess trust in a specific other. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(6), 1306-1317.
- Kline, R. B. (2005). *Principles and practice of Structural Equation Modeling* (2nd ed.). New York: The Guilford Press.
- Knoll, D. L. & Gill, H. (2009). Antecedents of trust in supervisors, subordinates, and peers. *Journal of Managerial Psychology*, 26(4), 313-330.
- Kuryan, R., Kitner, K., & Watkins, J. (2010). ICTs, development and trust: An overview. *Information Technology & People*, 23(3), 216-221. doi:10.1108/09593841011069130.
- Ladd, G. W. (1999). Peer relationships and social competence during early and middle childhood. *Annual Reviews Psychology*, 50, 333-359.
- Lamb, M. E. (1981). Fathers and child development: An integrative overview. In Michael Lamb (Eds.) *The role of father in child development*. (pp.1-70).Utah: University of Utah.
- Lount, R. B. (2010). The impact of positive mood on trust in interpersonal and intergroup interactions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 98(3), 420-433.
- Maroco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pero Pinheiro: Report Number.
- Mawson, B. (2011). Children's leadership strategies in early childhood. *Journal of Research in Childhood Education*, 25(4), 327-338.
- Mayer, R. C., Davis, J. H., & Schoorman, F. D. (1995). An integrative model of organizational trust. *Academy of Management Review*, 20, 709-734.
- Mcguire, S., Segal, N. L., Gill, P., Whitlow, B., & Clausen, J. M. (2010). Siblings and trust. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (pp. 133-154). University of Keele: Cambridge University Press.
- Mcknight, D. H., & Chervany, N. L. (1996). The meanings of trust. *University of Minnesota MIS Research Center Working Paper Series*. Acedido em: <http://misrc.umn.edu/wpaper/WorkingPapers/9604.pdf>.
- Mollo- Bouvier, S. (2005). Transformação dos modos de socialização das crianças: Uma abordagem sociológica. *Educação e Sociedade* 26(91), 391-403.
- Morgado, L. M. A. (1993). *Infância e sociedade*. Coimbra: Relatório entregue à Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Coimbra.
- Ötken, A. B., & Cenkci, T. (2011). The impact of paternalistic leadership on ethical climate: The moderating role of trust in leader. *Journal of Business Ethics* 108, 525-536.
- Papália, D. E. Olds, S.W., & Feldman, R. D. (2004). *O mundo da criança*. (8ª ed.). Lisboa: McGraw-Hill.
- Pereira, O. G., & Jesuino, J. C. (1985). *Psicologia social do desenvolvimento: Socialização e saúde mental*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Rempel, J., Holmes, J & Zanna, M. (1985). Trust in close relationships. *Journal of*

- Personality and Social Psychology*, 49(1), 95-112.
- Righetti, F., & Finkenauer, C. (2011). If you are able to control yourself, I will trust you: The role of perceived self-control in interpersonal trust. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(5), 874-886.
- Rotenberg, K. J. (1994). Loneliness and interpersonal trust. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 13(2), 152-173.
- Rotenberg, K. J. (2001). Interpersonal trust across lifespan. In P.B. Baltes, J. Smelser (Eds.), *International encyclopedia of social and behavioral sciences* (pp. 7866–7868). Pergamon, New York.
- Rotenberg, K. J. (2010). The conceptualization of interpersonal trust: a basis, domain and target framework. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (pp. 8-27). University of Keele: Cambridge University Press.
- Rotenberg, K. J., Betts, L. R., Eisner, M., & Ribeaud, D. (2011). Social antecedents of children's trustworthiness. *Infant and Child Development*. doi: 10.1002/icd.751.
- Rotenberg, K. J., Boulton, M. J., & Fox, C. L. (2005). Cross-sectional and longitudinal relations among children's trust beliefs, psychological maladjustment and social relationships: Are very high as well as very low trusting children at risk? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33(5), 595-610.
- Rotenberg, K. J., Cunningham, J., Hayton, N., Hutson, L., Jones, L., Marks, C., Woods, E., & Betts, L. R. (2008). Development of a children's trust in general physicians scale. *Child: Care, health and development*, 34(6), 748-756.
- Rotenberg, K. J., Fox, C., Green, S., Ruderman, L., Slater, K., Stevens, K., & Carlo, G. (2005). Construction and validation of a children's interpersonal trust beliefs scale. *British Journal of Developmental Psychology*, 23, 271-291.
- Rotenberg, K. J., MacDonald, K. J., & King, E. M. (2004). The relationship between loneliness and interpersonal trust during middle childhood. *The Journal of Genetic Psychology*, 165, 233-249.
- Rotenberg, K. J., Michalik, N., Eisenberg, N., & Betts, L. R. (2007). The relations among young children's peer-reported trustworthiness, inhibitory control, and preschool adjustment. *Early Childhood Research Quarterly*, 23, 288-298.
- Rotenberg, K. J. & Morgan, C. J. (1995). Development of a scale to measure individual differences in children's trust-value basis of friendship. *The Journal of Genetic Psychology*, 156(4), 489-501.
- Rotenberg, K. J., & Pilipenko, T. A. (1984). Mutuality, temporal consistency, and helpfulness in children's trust in peers. *Social Cognition*, 2(3), 235-255.
- Rotenberg, K. J., Sakai, A., Betts, L. R., & Maeshiro, K. (2008). A Crosscultural scale of children's trust beliefs in others (em preparação).
- Rotter, J. B. (1967). A new scale for the measurement of interpersonal trust. *Journal of Personality*, 35, 651-665.
- Rotter, J. B. (1980). Interpersonal trust, trustworthiness, and gullibility. *American Psychologist*, 35(1), 1-7.
- Rotter, J. B. (1971). Generalized expectancies for interpersonal trust. *American*

- Psychologist*, 26, 443-452.
- Rousseau, D. M., Sitkin, S.B., Burt, R. S., & Camerer, C. (1998). Not so different at all: A cross discipline view of trust. *Academy of Management Review*, 23, 393-404.
- Shirley, M., Segal, N. L., Gill, P., Whitlow, B., & Clausen, J. M. (2010). Siblings and trust. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence*. (pp. 133- 154). University of Keele: Cambridge University Press.
- Teixeira, L. (2006). *Desenvolvimento pessoal e social da criança, na família e na escola: convergência ou divergência?* Universidade da Beira Interior.
- Tschannen-Moran, M., & Hoy, W. (1998). Trust in schools: a conceptual and empirical analysis. *Journal of Educational Administration*, 36(4), 334-352.
- Tschannen-Moran, M., & Hoy, W. K. (2000). A multidisciplinary analysis of the nature, meaning, and measurement of trust. *Review of Educational Research*, 70(4), 547-593.
- Wentzel, K. R. (1991). Relations between social competence and academic achievement in early adolescence. *Child Development*, 62, 1066-1078.

ANEXOS

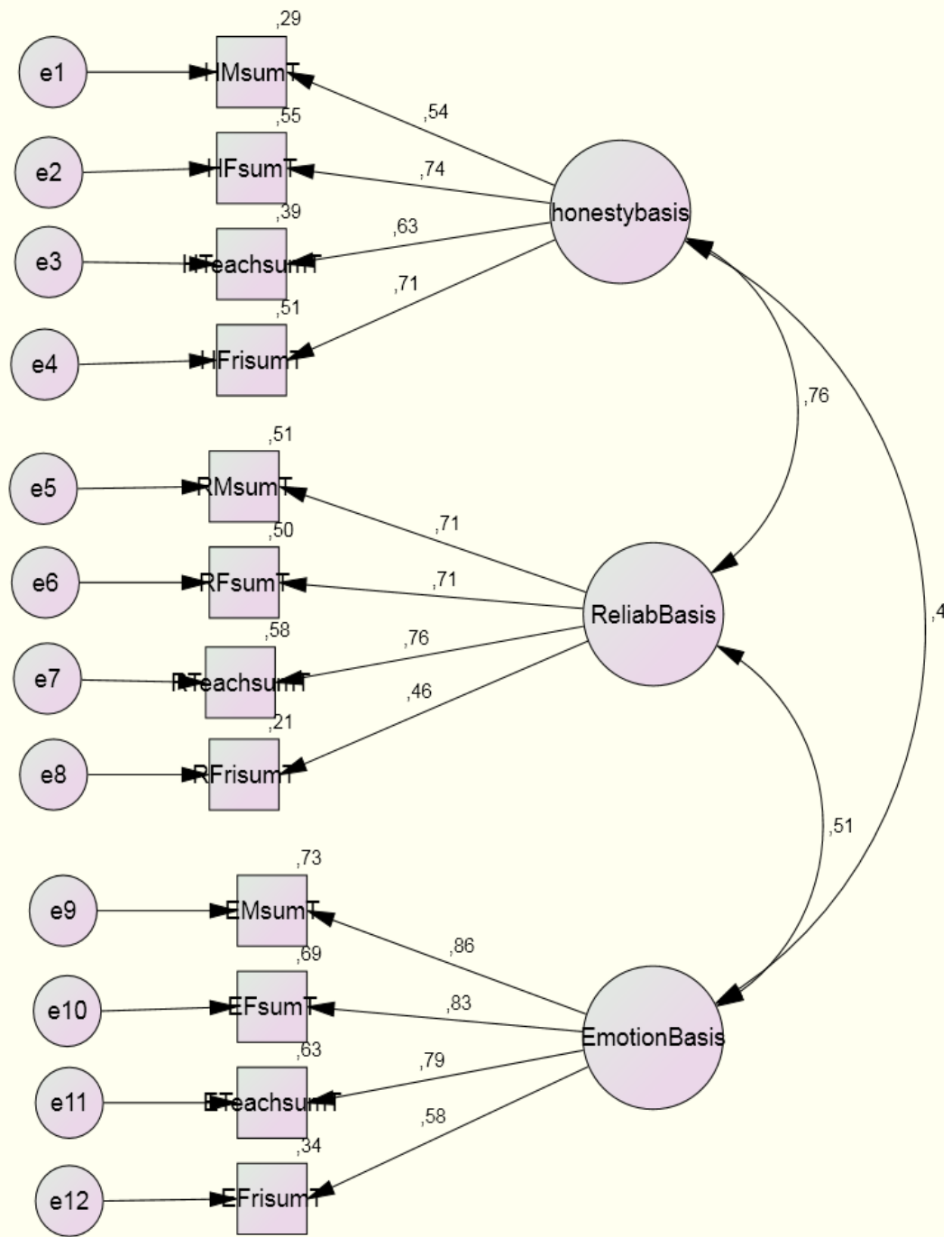


Figura 1 . Modelo tri-factorial da Escala CCCTB, com valores estandardizados.

Tabela A. Matriz de correlações inter-item da escala CCCTB

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 - Honestidade x Mãe	-											
2 - Honestidade x Pai	.46	-										
3 - Honestidade x Par	.34	.43	-									
4 - Honestidade x Professor	.31	.28	.44	-								
5 - Fidelidade x Mãe	.31	.32	.26	.40	-							
6 - Fidelidade x Pai	.35	.41	.27	.28	.43	-						
7 - Fidelidade x Par	.17	.29	.31	.18	.29	.25	-					
8 - Fidelidade x Professor	.25	.27	.27	.47	.40	.32	.25	-				
9 - Emocional x Mãe	.22	.22	.20	.20	.19	.23	.13	.25	-			
10 - Emocional x Pai	.24	.23	.22	.31	.17	.31	.11	.27	.68	-		
11 - Emocional x Par	.08	.11	.20	.18	.05	.11	.10	.11	.49	.43	-	
12 - Emocional x Professor	.13	.17	.22	.19	.14	.25	.20	.25	.58	.54	.40	-